

KARINA LOPES CHEQUER

**Pluriatividade no Circuito da Cachaça: Agroindústria e Turismo Rural  
entre os agricultores familiares na região metropolitana de Belo  
Horizonte/MG.**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae” .

VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2004

KARINA LOPES CHEQUER

**Pluriatividade no Circuito da Cachaça: Agroindústria e Turismo Rural entre os agricultores familiares na região metropolitana de Belo Horizonte/MG.**

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de “Magister Scientiae” .

APROVADA: 22 de março de 2004.

---

José Benedito Pinho

---

José Norberto Muniz

---

Geraldo Magela Braga  
(conselheiro)

---

Sheila Maria Doula  
(conselheira)

---

José Ambrósio Ferreira Neto  
(orientador)

Dedico este trabalho ao Rodrigo, que sempre me animou e me encorajou para prosseguir e concluir uma importante etapa da minha vida, e às minhas queridas sobrinhas Ana Beatriz e Ana Vitória, pelo amor e alegrias proporcionados.

## **AGRADECIMENTOS**

A realização deste trabalho se tornou possível graças às contribuições de inúmeras pessoas, às quais quero aqui expressar os meus sinceros agradecimentos.

Inicialmente, registro um agradecimento especial ao Prof. José Ambrósio Ferreira Neto, meu orientador, pela dedicada orientação efetuada durante as várias etapas de desenvolvimento do presente trabalho e que não mediu sacrifícios para a execução de sua função.

Aos professores Geraldo Magela Braga, Sheila Maria Doula, Franklin Daniel Rothman e José Norberto Muniz, pelas valiosas contribuições que deram no decorrer deste trabalho.

Aos amigos Elieci, Sheila, Roseli, Alex, Fátima, Jacinta, Thales, Dolores e, em especial, Airton, pelos incentivos e apoio dados nos momentos em que mais precisava.

Aos agricultores familiares, e ao diretor executivo da AMPAQ, Marco Antônio Magalhães, que participaram da pesquisa, cuja colaboração foi imprescindível para realização do presente trabalho.

A todos os funcionários e professores do Departamento de Economia Rural/UFV, que me acolheram com muito carinho, sempre prestativos em colaborar e prover informações.

À minha família, que nestes anos suportaram a privação de tempo e atenção sem perder a ternura, a amizade e o companheirismo. Sem a sua paz de espírito, seu amor e a harmonia, este trabalho não seria possível.

A todos, minha gratidão.

## CONTEÚDO

<b>RESUMO .....</b>	<b>vii</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>ix</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1. O CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR .....</b>	<b>7</b>
<b>2. NOÇÕES DE PLURIATIVIDADE.....</b>	<b>17</b>
<b>3. TURISMO RURAL: UMA ALTERNATIVA SÓCIO-ECONÔMICA. ....</b>	<b>28</b>
3.1 O potencial do Estado de Minas Gerais para o desenvolvimento do turismo rural. ....	34
3.1.2. O Circuito da Cachaça .....	37

<b>4. OS AGRICULTORES FAMILIARES DO CIRCUITO DA CACHAÇA</b>	
<b>DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE.....</b>	<b>41</b>
4.1 Apresentação das cachaças, das famílias e das propriedades	
produtoras da bebida. ....	42
4.1.1 Análise das principais características identificadas .....	54
4.1.2 Caracterização das atividades agrícolas e não-agrícolas	
associadas à pluriatividade nas propriedades Saint'Etienne,	
Vista Alegre, Jotapê e Cana Verde.....	60
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>69</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>75</b>
<b>6. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>84</b>

## RESUMO

CHEQUER, Karina Lopes, MS., Universidade Federal de Viçosa, março 2004.  
**Pluriatividade no Circuito da Cachaça: Agroindústria e Turismo Rural entre os agricultores familiares na região metropolitana de Belo Horizonte/MG.** Orientador: José Ambrósio Ferreira Neto. Conselheiros: Geraldo Magela Braga e Sheila Maria Doula

Esta dissertação examina as influências sócio-econômicas do turismo rural nas unidades agrícolas produtoras de cachaça, identificadas pela pluriatividade e a situação socioeconômica dos seus proprietários. Situa-se no âmbito das pesquisas que buscam demonstrar os mecanismos e as estratégias que vêm viabilizando formas familiares de produção no campo. A combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas, em uma mesma unidade de produção, caracteriza e define a pluriatividade, que pode ser um recurso de que as famílias fazem uso para incrementar as suas rendas e também ocupar a força de trabalho. O estudo focaliza as unidades familiares localizadas no Circuito da Cachaça, na região metropolitana de Belo Horizonte. Nessas propriedades, as famílias não dependem exclusivamente do trabalho agrícola, pois seus membros dedicam-se a atividades não-agrícolas em tempo integral ou parcial, ou seja, basicamente o turismo rural, a produção da cachaça e os derivados. A pesquisa de caráter qualitativa utiliza questionários, observações diretas, conversas informais e materiais de divulgação das propriedades. A análise dos dados e seus respectivos

resultados permitem concluir que a pluriatividade possibilita a ampliação das alternativas de reprodução das unidades domésticas produtoras de cachaça, isto é, a sua perpetuação no decorrer dos anos. As famílias que se constituíram sujeito desta pesquisa foram unânimes em dizer que este fenômeno constitui uma forma viável e eficaz de geração de renda e, no caso específico do turismo rural, de emprego. O turismo rural, se bem planejado, agrega valor aos produtos agrícolas e aos bens das propriedades rurais.

## ABSTRACT

CHEQUER, Karina Lopes, MS., Universidade Federal de Viçosa, March 2004. **Pluri-activity at the Cachaça Belt: Agroindustry and Rural Tourism among the familiar farmers in the metropolitan region of Belo Horizonte/MG.** Advisor: José Ambrósio Ferreira Neto. Committee members: Geraldo Magela Braga and Sheila Maria Doula

This dissertation examines the socio-economic influences of rural tourism on the cachaça-producing agricultural units characterized by pluri-activity and the socio-economic status of their owners. It fits within the scope of research aiming to identify the mechanisms and strategies which are making family farm production viable. The combination of agricultural and non-agricultural activities in the same production unit characterizes and defines pluri-activity, a resource families use to increase their income as well as to foster employment. The study focuses on the small family farms located at the Cachaça Belt in the metropolitan region of Belo Horizonte-MG, Brazil. On these farms, the families are not exclusively dependent on agricultural work since they are also involved, full or partial time, with non-agricultural activities, such as rural tourism, production of cachaça and its by-products. Questionnaires, direct observations, informative material distributed by the farm owners were used in this qualitative research. Data analysis and results led to the conclusion that pluri-activity allows to

increase the number of reproduction alternatives of cachaça-producing family units, leading to their solidification along the years. The families that participated in this research unanimously agreed that such phenomenon is a viable and effective way of generating income, as well as employment, as it is specifically the case of rural tourism, which, when well-planned, adds value to the agricultural products and rural property goods.

## INTRODUÇÃO

A tradicional dicotomia rural-urbano, que polariza o urbano como lócus das atividades industriais e o rural como meio onde se desenvolvem as atividades agrícolas, vem perdendo, com o passar do tempo, a sua importância histórica como categoria interpretativa da dinâmica desses setores. O que se observa, no entanto, é que atualmente, no espaço rural e na literatura analítica voltada para as questões agrárias, inclusive no Brasil, não se “fala” apenas da agricultura e da produção agrícola, mas também do rural *lato sensu*<sup>1</sup>. Isso, principalmente, em consequência das transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas inerentes aos cenários nacionais e internacionais e que vêm refletindo nos contextos rurais.

O rural não mais se resume às atividades econômicas agrícolas, pois o setor vem experimentando significativas transformações no âmbito produtivo, à medida que é cada vez mais freqüente o fato de uma parte dos membros das famílias rurais se dedicar às atividades não-agrícolas, dentro ou fora das propriedades. Todavia, o crescimento dessas atividades não deve ser interpretado como a perda da importância das atividades

---

<sup>1</sup> Incluem-se a natureza, as paisagens, o patrimônio cultural, as tradições, entre outros.

propriamente agrícolas<sup>2</sup>. O que ocorre é que o meio rural não pode ser mais associado apenas à produção agrícola e pecuária, pois verifica-se o aparecimento de “novas” atividades que estão introduzindo nesse meio um conjunto de “novas atribuições”, especialmente ligadas às ocupações não-agrícolas. É importante destacar que não se trata de um fenômeno restrito a determinados estados brasileiros, mas que ocorre em todo o território nacional e em vários outros países, com maior ou menor intensidade e com particularidades regionais.

Dentre os estados brasileiros, Minas Gerais é um exemplo do crescimento e fortalecimento dessas atividades, predominando aquelas mais antigas como o artesanato e a indústria rural<sup>3</sup>, além de outras como o turismo rural e a prestação de serviços. Encontram-se, nesse Estado, desde regiões que incorporaram plenamente o padrão tecnológico<sup>4</sup> hegemônico da agricultura brasileira até regiões que continuam praticando a agricultura tradicional, fortemente assentada no trabalho familiar. Entretanto, em todas essas regiões, apesar das diferentes formas de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, observa-se uma forte presença das atividades rurais não-agrícolas.

Vale ressaltar que, em torno dessa perspectiva de crescimento e fortalecimento das atividades rurais não-agrícolas como fontes geradoras de emprego e renda no Estado de Minas Gerais, a região metropolitana de Belo Horizonte sobressai de forma mais intensa que a média do Estado. De acordo com ORTEGA (1999), no rural metropolitano de Belo Horizonte, a população economicamente ativa, ocupada em atividades rurais não-agrícolas, no período de 1992/99, apresentou acréscimo de 9,8 % ao ano. Em contrapartida, a população economicamente ativa, ocupada em atividades rurais não-agrícolas em todo o Estado de Minas Gerais, no período de 1992/1997, apresentou taxas médias de crescimento anuais de 3,3%. Na realidade, acredita-se que esse crescimento diferenciado das atividades rurais não-agrícolas na região metropolitana de Belo Horizonte em relação à totalidade do Estado é devido ao

---

<sup>2</sup> Na verdade, é ainda o espaço rural o meio mais eficaz e econômico de se produzir os produtos agrícolas, que servem até mesmo de insumos para viabilizar o desenvolvimento das atividades rurais não agrícolas (Ex. a cana de açúcar viabiliza a produção da cachaça).

<sup>3</sup> De acordo com o Censo Agropecuário de 1995-96, as indústrias rurais no qual aqui se pretendem enfatizar significam: “instalações existentes nos estabelecimentos”, onde são realizadas “atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários (animais e vegetais)”. Os investimentos iniciais são relativamente baixos e os insumos facilmente disponíveis na unidade produtiva. (FERNANDES et al., 1999).

<sup>4</sup> Padrão tecnológico da Revolução Verde, que se baseia no uso intensivo da mecanização, sementes melhoradas e adubos químicos.

crescimento das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno, como também à busca incessante do lazer e do turismo rural pelos moradores das grandes cidades.

É ainda no Estado de Minas Gerais que alguns produtores rurais vêm associando turismo rural e produção de cachaça, além da produção dessa bebida se associar a atividades agropecuárias, como pecuária de leite, horticultura, cultura de banana, arroz, milho e cana-de-açúcar, e a atividades derivadas da produção da bebida, como produção de rapadura, açúcar mascavo e licores.

Embora seja uma das atividades mais recentes desenvolvidas no meio rural brasileiro, o turismo tem sido analisado como fonte adicional de geração de emprego e renda para diversas famílias residentes no campo, à medida que vêm decaindo as ocupações e as rendas provenientes das atividades agropecuárias. Em razão dos seus possíveis impactos econômicos e sociais, vários estudos<sup>5</sup> no âmbito científico foram realizados, principalmente porque, em algumas regiões dos Estados de Santa Catarina e de Minas Gerais, especialmente na região metropolitana de Belo Horizonte, o turismo rural tem-se apresentado como atividade complementar à renda agrícola, sendo, em alguns casos, superior a esta.

Nesse processo de valorização das atividades rurais não-agrícolas, especialmente do turismo rural, destaca-se o trabalho conjunto desenvolvido pela AMPAQ – Associação Mineira dos Produtores de Aguardente de Qualidade - e pela Coocachaça – Cooperativa dos Produtores de Cachaça – que, com as secretarias de Turismo, Agricultura, Indústria e Comércio de Minas Gerais, se organizaram e implementaram o Circuito da Cachaça. Esse circuito consiste em um roteiro turístico que percorre 15 municípios no Estado de Minas Gerais (Sabará, Caeté, Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, Nova União, Belo Vale, Moeda, São Joaquim de Bicas, Betim, Sete Lagoas, Brumadinho, Entre Rios de Minas, Coronel Xavier Chaves, Salinas e Itatiaiuçu), levando o turista a conhecer a história, a cultura rural do Estado e a fabricação familiar da cachaça artesanal mineira, na qual se articulam atividades agrícolas e não-agrícolas como fontes de geração de renda.

Para a investigação científica, foram tomados como referência empírica quatro municípios daqueles mencionados, com as respectivas propriedades inerentes ao

---

<sup>5</sup> Dentre os estudos brasileiros, destacam-se os trabalhos de ROQUE (2001), SILVA, DALE e VILARINHO (1999).

Circuito da Cachaça na região metropolitana<sup>6</sup> de Belo Horizonte: Nova União (fazenda Vista Alegre), Brumadinho (fazenda Saint'Etienne), Sabará (sítio do Jotapê) e Betim (sítio da Cana Verde).

Como referência teórica, foram adotados, neste estudo, autores como KAUTSKY (1980), CHAYANOV (1974) e LAMARCHE (1987; 1993), que abordam o fenômeno da combinação das atividades rurais não-agrícolas e agrícolas (pluriatividade) como uma característica intrínseca à agricultura familiar. Nesse sentido, este trabalho investigou a seguinte questão: **Quais são as influências sócio-econômicas do turismo rural para os agricultores familiares produtores de cachaça inseridos no Circuito da Cachaça?**

No sentido de buscar respostas para a questão formulada, esta dissertação objetivou estudar se o turismo rural tem contribuído para o incremento da renda e do emprego nas unidades de produções familiares, nas propriedades Vista Alegre (Nova União), Saint'Etienne (Brumadinho), Jotapê (Sabará) e Cana Verde (Betim).

Mais especificamente, pretendeu-se:

- analisar as atividades não-agrícolas como forma de organização e alocação do trabalho familiar;
- identificar as características dos agricultores familiares e das propriedades onde a atividade do turismo rural está inserida;
- apontar os meios utilizados pelos agricultores familiares para inserirem seus produtos no mercado;
- discutir as influências do turismo rural na geração e absorção de novas ocupações no meio rural; e
- identificar o turismo rural como complemento da renda das atividades produtivas nas propriedades.

A escolha do Circuito da Cachaça e das propriedades mencionadas deve-se aos seguintes motivos: o interesse acadêmico em conhecer as relações existentes entre duas atividades não-agrícolas que mais se desenvolvem atualmente no meio rural brasileiro,

---

<sup>6</sup> De acordo com a FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (2000), a região metropolitana de Belo Horizonte é composta pelos municípios: Baldim, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Iapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas, Vespasiano e Belo Horizonte.

que é o caso da agroindústria e do turismo rural; a receptividade dos diretores da AMPAQ para com o desenvolvimento da pesquisa, como também a sua disponibilização para informações relevantes para o estudo; as escassas pesquisas sobre o diagnóstico do turismo rural e os seus respectivos impactos no Estado de Minas Gerais; o fato das atividades rurais não-agrícolas na região metropolitana de Belo Horizonte sobressaírem com um desenvolvimento mais intenso que a média do Estado<sup>7</sup>; e, finalmente, a própria inter-relação entre os temas escolhidos para a pesquisa, produção familiar de cachaça associada à atividade agrícola e ao turismo rural, e as características produtivas das famílias nas propriedades supracitadas, percebidas no decorrer da pesquisa.

Nesse sentido, para a melhor compreensão, ressalta-se esta pesquisa partiu de um reconhecimento exploratório do chamado Circuito da Cachaça, acreditando que ele forneceria uma primeira visão sobre a realidade a ser estudada. Nesta fase, foram realizados contatos informais com proprietários rurais, profissionais que atuam no setor e representantes de organizações como a AMPAQ e a Coocachaça, além de pesquisas em artigos, livros, teses e internet.

Após este reconhecimento inicial, identificou-se o objeto de pesquisa, assim como definiram-se a metodologia a ser adotada, a bibliografia básica para a redação da segunda parte desta dissertação, os objetivos e também os elementos teóricos fundamentais para a elaboração do instrumento de coleta de dados. Em seguida, coletaram-se os dados em campo e procedeu-se à interpretação das informações analisadas à luz do referencial teórico, culminando na elaboração das conclusões.

No que se refere à perspectiva analítica e metodológica, deu-se ao trabalho um caráter mais qualitativo, sem a preocupação de mensurar estatisticamente as influências quantitativas das atividades rurais não-agrícolas. Em decorrência dessa escolha, privilegiou-se a técnica denominada estudo de caso. Segundo CHIZZOTTI (1995), “esta técnica é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora”.

---

<sup>7</sup> Para mais informações consultar Ortega, 1999.

Assim, para se atingirem os objetivos propostos, o levantamento de campo foi realizado por meio de questionários com amplos temas e questões, de forma que permitissem ao entrevistador, a partir de uma conversa diretiva, formular outras questões que não estavam previstas nos roteiros pré-estabelecidos. Além disso, no decorrer da pesquisa, foram coletadas informações a partir da observação direta, de conversas informais, bem como de materiais de divulgação das propriedades. Todo esse material foi sistematizado no caderno de campo para possibilitar a melhor utilização dos dados.

O trabalho de campo foi realizado entre os meses de agosto e setembro de 2003, com uma última visita em fevereiro deste ano. Vale destacar que todos os questionários foram aplicados *in loco* pela própria pesquisadora. Para o bom andamento da pesquisa, as visitas foram programadas, quanto a sua duração, sendo o tempo médio de duas horas e meia.

Entre as dificuldades encontradas na execução do trabalho de campo, especialmente em relação a algumas questões levantadas nos questionários, está o grau de incerteza na confiabilidade das informações e respostas obtidas juntos dos entrevistados, principalmente no que se refere às declarações dos faturamentos. Na verdade, a sub-declaração ou mesmo omissão dos rendimentos constitui problema comum em pesquisas do tipo declaratórias. Segundo HOFFMANN (1998), o problema da subestimação dos valores da renda é praticamente universal entre as populações entrevistadas, sendo inclusive mais grave entre as rendas de valores mais altos. Assim, é preciso levar em consideração a possibilidade de inverdades nas informações prestadas, a fim de prever possíveis equívocos.

A dissertação está dividida em cinco capítulos: o primeiro, o segundo e o terceiro compreendem a estruturação teórica do trabalho, em que se debate sobre a construção do conceito de agricultura familiar no Brasil e os diferentes conceitos e modelos abordados, situando e investigando a pluriatividade e a sua aplicabilidade à realidade brasileira, principalmente como um fenômeno muito ligado à agricultura familiar; a noção de turismo rural no país, sua importância social e especificamente econômica para as atividades agrícolas; e as potencialidades do Estado de Minas Gerais no que tange ao desenvolvimento do turismo rural. No quarto e no penúltimo capítulo buscou-se através da análise das informações coletadas, responder aos objetivos propostos. Finalmente, no quinto capítulo, apresentam-se as conclusões obtidas.

## **1. O CONCEITO DE AGRICULTURA FAMILIAR.**

Para se chegar às origens da noção de agricultura familiar no Brasil, fez-se necessário uma revisão das principais contribuições teóricas do pensamento social, que abarcam temas relacionados às sociedades rurais e à agricultura. Dentro dessa perspectiva, verificou-se o marxismo como uma das vertentes analíticas que mais influenciaram os pesquisadores que vinham dedicando seus estudos e pesquisas ao mundo rural. De certa forma, essa influência, no período compreendido entre os anos sessenta e oitenta do século XX, parece ter retardado e até mesmo impedido que a expressão “agricultura familiar” ganhasse espaço no ambiente acadêmico. Em razão disso, as categorias sociais que hoje são denominadas de agricultores familiares foram anteriormente descritas por uma miríade de nomes, como sitiantes, camponeses, colonos, parceiros, meeiros, foreiros, etc; interpretados à luz de conceitos como resquícios feudais, assalariados a domicílio, entre outros. Nesse sentido, ao se consultarem algumas das principais revisões dos estudos rurais, realizadas no escopo das ciências sociais, como os de TAVARES DOS SANTOS (1990), GNACARINI & MOURA (1983) e LEITE (1990), não foi percebida a presença do termo - agricultura familiar - até fins da década de oitenta.

No entanto, foi a partir da década de noventa do século XX que a expressão “agricultura familiar” realmente ganhou legitimidade social e científica no Brasil,

passando a ser utilizada com crescente frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente por estudiosos das ciências sociais como SILVA (1999,1997), ABRAMOVAY (1992), GUANZIROLI (2001), TEDESCO (1999), entre outros.

Na realidade, a década de noventa do século XX foi expressiva em debater questões como a reforma agrária, as relações de trabalho no campo, os sistemas produtivos na agricultura, ou melhor, questionamentos acerca de qual modelo de uso da terra e forma de propriedade podem garantir ao país a resolução de seus problemas com a segurança alimentar<sup>8</sup> e os processos redistributivos, bem como temas como a agricultura familiar e questões que a ela se ligam, como é o caso da pluriatividade.<sup>9</sup>

Entretanto, quanto ao uso do termo – agricultura familiar -, ressalta-se que, no caso brasileiro, ainda permanecem muitas dúvidas e mesmo divergências entre os estudiosos. Por se tratar de uma noção recente, a ambivalência conceitual não deve surpreender. É necessário advertir também que a associação com a pequena produção, agricultura de subsistência, ou mesmo com pobreza, é totalmente equivocada.

No campo político brasileiro, SCHNEIDER (2003) aponta o seu surgimento nos embates que os movimentos sociais tiveram nas discussões acerca do espaço e o papel dos pequenos produtores rurais, no processo de integração comercial e econômica dos países que formam o Mercosul. Dessa forma, o termo surge como uma noção de convergência e de unificação dos interesses dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração econômica Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, mas afetados economicamente, uma vez que a abertura comercial ameaçava determinados setores da agricultura brasileira em razão das diferenças de competitividade de seus produtos.

Para MEDEIROS (1996), foi a partir dessa expressão – agricultura familiar – que um conjunto de produtores rurais, na condição de pequenos proprietários, assentados, arrendatários, agricultores integrados às agroindústrias, entre outros, passou a constituir uma nova identidade política, e a orientar, de maneira distinta, as lutas sociais do movimento sindical rural do país, tal como expresso nos documentos mais

---

<sup>8</sup> Devido aos diversos conceitos ressalta-se que, aqui a discussão se remete à garantia de produção de alimentos seguros, não contaminados biologicamente ou quimicamente e o acesso por parte de todos, a quantidades suficientes de alimentos para levar uma vida ativa e saudável.

<sup>9</sup> Não se trata aqui de fazer distinção entre os termos pluriatividade e agricultura em tempo parcial, pois ambos os termos tratam do mesmo fenômeno social, correspondente à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família.

recentes de entidades como sindicatos, federações e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG.

No entanto, foi somente em 1995 que o Governo Federal implantou pela primeira vez na história da agricultura brasileira, um programa de políticas públicas específicas destinadas a fortalecer os estabelecimentos agrícolas de base familiar, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, mais conhecido como PRONAF. Embora sujeito a futuras apreciações, é possível afirmar que a política pública supracitada é resultado de um processo político que culminou com a formulação de um arcabouço legal e institucional, que traça e determina a institucionalização da política nacional de fortalecimento da agricultura familiar brasileira, que já vem sendo implementada. A formulação e implementação dessa política é complexa, e compreende várias etapas que se desenvolvem em conjunturas específicas. A dinâmica desse processo é marcada pela interação política de diversos atores como representantes de produtores, atores políticos e institucionais, agências públicas, órgãos governamentais, grupos de ambientalistas e ONGs. Sobretudo, quando se fala de agricultura familiar o Manual de Crédito Rural (1997) para fins de financiamento no PRONAF assim a descreve:

Refere-se a todos os produtores que exploram parcelas de terras na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro, ocupante, pescador artesanal, extrativista, agregado, pequeno garimpeiro e comodatário, que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos: - utilização do trabalho direto e pessoal do produtor e sua família, mantendo na propriedade no máximo dois empregados permanentes, sendo permitida ainda, como recurso eventual, a ajuda de terceiros quando a natureza sazonal da atividade exigir; - que não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais; - que no mínimo, 80 % da renda familiar do produtor seja originária da exploração agropecuária e/ou extrativa; - que o produtor resida na propriedade ou em aglomerado urbano próximo. (MEDEIROS,1996).

Já no âmbito acadêmico, a expressão - agricultura familiar - vem se expandindo por intermédio de alguns trabalhos que passaram a buscar novos referenciais teóricos e que a introduziram. Quanto aos trabalhos publicados, e que deram impulso decisivo ao debate em torno da agricultura familiar no Brasil, merecem ser citados os estudos de ABRAMOVAY (1992; 1997) e de LAMARCHE (1992; 1993). Talvez, o maior mérito destas pesquisas tenha sido o fato de terem revelado que a agricultura familiar é uma forma reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, onde a estrutura

agrária é majoritariamente composta por unidades agrícolas, e o trabalho da família combinado com o uso intensivo de capital assume uma importância decisiva.

A consolidação da agricultura familiar na estrutura agrária dos países desenvolvidos, após a II Guerra Mundial, é atribuída conforme ABRAMOVAY (1992) a uma opção do Estado<sup>10</sup> por uma forma social que apresentou as melhores condições de cumprir uma função estrutural importante no capitalismo, que é a de auxiliar no barateamento do custo de reprodução da força de trabalho. Em razão dessa opção, a agricultura familiar teria obtido do Estado, através das políticas públicas, um apoio decisivo para a sua afirmação e sobrevivência no interior do regime fordista<sup>11</sup>, que se instaura a partir da década de 50, nos países centrais.

*“Antes de fazer do produto agrícola base imediata de acumulação capitalista e extração de mais valia, os países centrais imprimiram ao setor um papel ainda mais importante: o de permitir que, pela redução dos custos de reprodução da força de trabalho, os orçamentos domésticos dos assalariados pudessem consagrar crescentemente a bens não alimentares e, sobretudo, duráveis.”(ABRAMOVAY, 1992: 227).*

Para o autor, o que define a agricultura familiar, ou seja, aquela agricultura familiar moderna que se caracteriza como altamente integrada ao mercado, capaz de se incorporar aos avanços técnicos onde a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si relações formais de parentesco, e que se difere, sobretudo, dos grupos camponeses, é simplesmente o fato de estar inserida em uma sociedade em que predominam relações capitalistas de produção e troca. De acordo com esse autor e de vários outros como MENDRAS (1978), os grupos camponeses podem ser entendidos como sociedades parciais<sup>12</sup> com uma cultura parcial, integrados de modo incompleto<sup>13</sup> a mercados imperfeitos, representando um modo de vida caracterizado

---

<sup>10</sup> Na verdade, foi o Estado o determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário das nações centrais. (ABRAMOVAY, 1992, p.21).

<sup>11</sup> Por fordismo entende-se um conjunto de mudanças nos processos de trabalhos (semi-automatização, linhas de montagem) estreitamente vinculado à formação de novas formas de consumo social e à institucionalização dos conflitos trabalhistas através da negociação coletiva. Trata-se, na verdade, de uma articulação entre o processo de produção e o modo de consumo. (VEIGA, 1991). Sob este regime, coube à agricultura ofertar produtos agrícolas em abundância a preços declinantes para permitir um rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho e assim permitir que a classe operária pudesse direcionar crescentemente seus gastos em aquisição de bens de consumo duráveis.

<sup>12</sup> Devido a sua dinâmica de funcionamento em torno de um conjunto de normas próprias e específicas, mas integradas a uma dinâmica global da sociedade maior envolvente.

<sup>13</sup> Devido aos mecanismos que norteiam as transações econômicas, como as vendas dos produtos, estas não estão isentas dos vínculos personalizados, como por exemplo, a obrigação de vender ou comprar de um determinado comerciante.

pela personalização dos vínculos sociais e pela ausência de uma contabilidade formal nas operações produtivas.

Assim, ainda segundo ABRAMOVAY (1992), a agricultura familiar, ao contrário do que pensavam os marxistas clássicos, em vez de se decompor no processo de desenvolvimento do capitalismo, revela-se, na verdade, como uma de suas características mais salientes. Na realidade, ela aparece como fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, pois se distingue dessa forma social pela sua inserção em um ambiente marcadamente capitalista, embora, em alguns casos, possa resultar da sua evolução, pois a agricultura capitalista também se caracteriza pela reprodução dos seus familiares.

Já em relação às contribuições dos trabalhos de LAMARCHE (1992; 1993)<sup>14</sup>, cujo objetivo principal foi o de conhecer, de modo mais aprofundado, o caráter familiar dos estabelecimentos agrícolas e as formas de funcionamento dessas unidades, sugere-se que o elemento essencial para se analisarem as explorações familiares agrícolas é o enfoque tipológico, cujo objetivo deve ser o de analisar as unidades familiares em seu conjunto. Tendo em vista as diversas entidades que a estruturam, compreender o seu funcionamento significa colocar em evidência as diferentes lógicas em função das quais o agricultor determina suas escolhas individuais. Esse enfoque se apóia na construção de um modelo heurístico de análise que é um eixo escalonado (Figura 1) conforme o grau de integração das explorações familiares no mercado, tanto no plano técnico-econômico quanto no plano sócio-cultural, em cujas extremidades se encontram, de um lado, o modelo original; e, de outro, o modelo ideal de unidade familiar. O modelo original é o ponto de partida da análise, que se fundamenta no relato dos agricultores, mais ou menos conscientemente, sobre o tipo de unidade familiar a que pertenciam no passado: é o referencial do modo de funcionamento da exploração familiar. O modelo ideal<sup>15</sup> é aquele que todo agricultor projeta para o futuro, e em função dele organiza

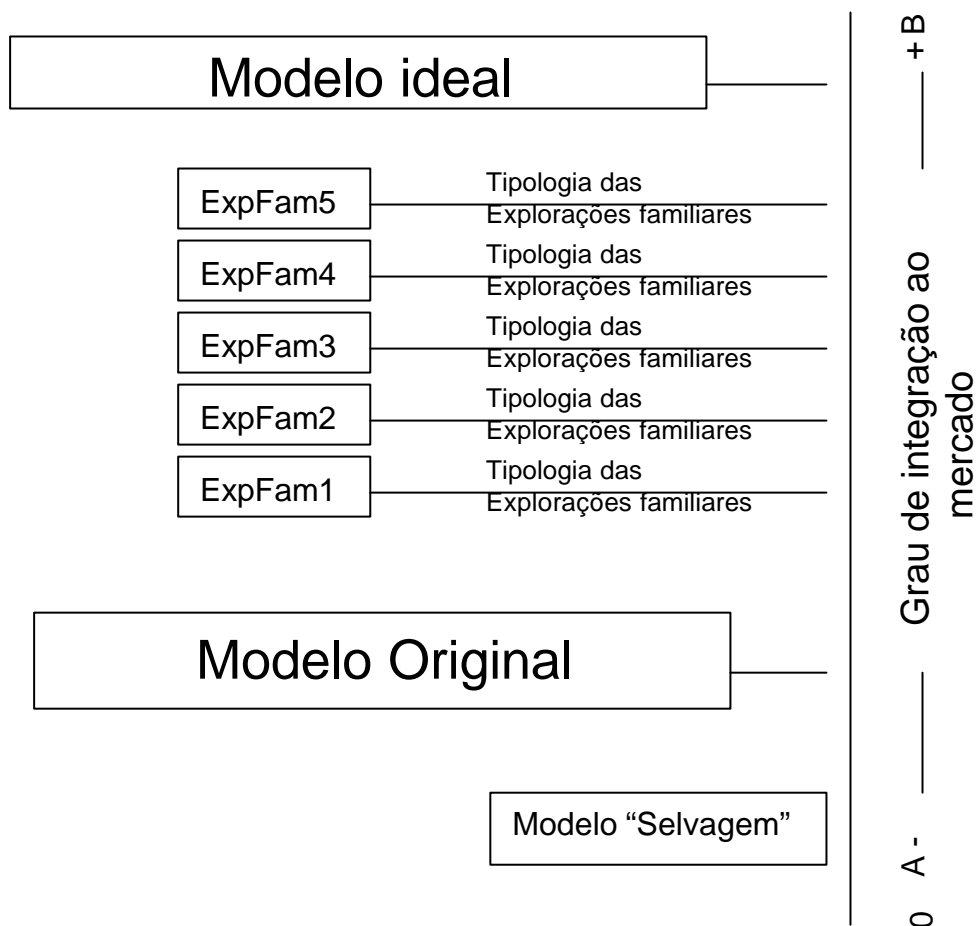
---

<sup>14</sup> Lamarche é atualmente um influente pesquisador das temáticas ligadas à agricultura familiar e suas transformações em sociedades européias. Trata-se de um dos seguidores da tradição iniciada por Henry Mendras, sendo talvez o principal herdeiro de seu modelo de análise das sociedades camponesas e dos agricultores familiares na França.

<sup>15</sup> As chances de os agricultores atingirem esse modelo, ou de simplesmente se aproximarem dele, dependerão da complementaridade de seu projeto junto ao que a sociedade elaborou. Ex: se um grupo de agricultores estima que o futuro de sua propriedade, ou seja, a continuação por pelo menos um de seus herdeiros, depende acima de tudo de uma melhora sensível de sua área de exploração, a possibilidade de realizar este objetivo dependerá da aceitação de um de seus sucessores de seguir a mesma atividade do pai, e da situação do mercado fundiário local, da possibilidade de compra, de locação, dos preços praticados, da obtenção de crédito, etc.

estratégias e toma decisões. As explorações familiares, segundo sua própria história e o ambiente específico no qual elas funcionam, se posicionarão em diferentes lugares na escala.

Figura 1: Modelo Heurístico de Análise.



Fonte: Lamarche /1992.

Da mesma forma que ABRAMOVAY (1992), LAMARCHE (1992,1993) parte do pressuposto de que o termo explorações familiares corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligadas à família. E, ainda, ressalta que esse termo pode recobrir situações extremamente variadas e diferentes, não se constituindo em um grupo social homogêneo. Nesse sentido, podem existir desde modelos de agricultura familiar, cujo objetivo seria a exploração agrícola, organizada, principalmente sobre a base do trabalho assalariado, até outros modelos,

cuja finalidade essencial não seria a reprodução enquanto unidade de produção, mas reprodução familiar ou simplesmente a sobrevivência da família; já outros, cujo objetivo é a produção para o mercado, em que o trabalho na propriedade permanece essencialmente familiar.

Para melhor exemplificarmos a discussão acima, discorreremos sobre: o Modelo Empresa, o Modelo Empresa Familiar e o Modelo Agricultura Camponesa e de Subsistência, abordados por LAMARCHE (1992,1993).

### **a) Modelo Empresa**

Caracteriza-se por relações de produção pouco familiares e fortemente dependentes.

I- Sistema pouco familiar. A propriedade fundiária familiar e o apego a esta propriedade são menos importantes do que em outros modelos. A exploração da terra diretamente pelo proprietário não é a única possível, muito pelo contrário, e mesmo que a terra permaneça ainda na sua maioria uma propriedade familiar, o arrendamento ocupa um espaço não-desprezível. Além disso, esse grupo está pouco ligado à noção de patrimônio familiar. A terra se compra e se vende, como qualquer outro bem, em função das necessidades conjunturais da unidade de produção. Enfim, a participação familiar no trabalho do estabelecimento é nitidamente menos importante que em outros modelos. Por certo, o trabalho familiar ainda permanece bastante presente, mas resume-se ao trabalho do responsável pelo estabelecimento, no qual muitas vezes, nem sua esposa, nem seus filhos trabalham na propriedade. Ao contrário, ele utiliza regularmente uma força de trabalho externa (assalariamento permanente ou temporário), de tal forma que a parte do trabalho familiar no trabalho total tenha pouca importância.

II- Sistema dependente. A dependência se exerce tanto no plano tecnológico quanto no financeiro ou comercial. Os produtores nesse modelo operam geralmente em sistemas de produção intensivos; recorrem abundantemente aos empréstimos para financiar seus investimentos e produzem exclusivamente para o mercado por intermédio de cooperativas ou de firmas privadas.

O estabelecimento, pensado aqui como uma empresa no sentido clássico da palavra, tem como objetivos fundamentais produzir para vender e realizar, senão um lucro, pelo menos um faturamento suficiente para remunerar corretamente sua força de

trabalho, pois caracteriza -se por um sistema voltado exclusivamente para produção de valores de troca e não de uso.

### **b) Modelo Empresa Familiar**

Distingue-se do modelo anterior pela importância primordial da família. A organização do trabalho estrutura-se principalmente em torno de uma mão-de-obra familiar, o patrimônio é uma noção exclusivamente familiar e o futuro da unidade de produção é pensado em termos de reprodução familiar.

Em contrapartida, como no modelo empresa, o responsável pelo estabelecimento é muito dependente do exterior. A produção é pensada em termos de renda agrícola e o trabalho em termos de salário. Como anteriormente, as noções de remuneração e de produtividade do trabalho são completamente presentes nesse modelo.

### **c) Modelo Agricultura Camponesa e de Subsistência**

Este modelo é definido por uma forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior. Composto por estabelecimentos que produzem pouco e utilizam técnicas bastante tradicionais, aqui o objetivo primeiro é satisfazer as necessidades familiares, pois se caracteriza por um sistema voltado para a produção de valores de uso e não de valores de troca.

Quanto aos outros trabalhos que também contribuíram para o debate em torno da agricultura familiar no Brasil, destacam-se as pesquisas realizadas pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura) e pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que, na década de 1990, sugeriram outra forma de classificação dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, separando-os em dois modelos: patronal e familiar. É também pertinente ressaltar que estas tipologias se constituíram em suporte fundamental ao PRONAF, principal política do estado brasileiro de apoio direto aos chamados agricultores familiares, e inspirou, posteriormente, vários trabalhos e estudos, entre os quais se destaca o de VEIGA (1995).

Conforme TEDESCO et al (1999), o modelo patronal tem como característica a completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada, a ênfase na

especialização produtiva e em práticas agrícolas padronáveis, o uso predominante do trabalho assalariado e a adoção de tecnologias dirigidas à eliminação das decisões intuitivas ou de senso comum. Já o modelo familiar tem como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de previsibilidade do processo produtivo.

Por outro lado, conforme a FAO/INCRA (1994), os estabelecimentos familiares podem ser separados em três sub-categorias, dentre elas: empresa familiar consolidada, empresa familiar em transição e empresa familiar periférica.

#### **a) Empresa Familiar Consolidada**

São propriedades semi-especializadas e diversificadas (três a cinco atividades para obtenção de renda) cujo proprietário reside na propriedade. São propriedades geralmente menores de 200 ha; usam alta tecnologia (uso quase total da mecanização e uso racional de insumos moderados, como fertilizantes, corretivos, inseticidas, fungicidas, herbicidas e manejo muito bom das culturas) e, geralmente, recorrem ao crédito rural. Sua margem bruta<sup>16</sup> supera dez salários mínimos por mês. São produtores mais esclarecidos, cosmopolitas, com boa liderança nas comunidades, que buscam assistência técnica e creditícia; possuem bom poder de análise, discernimento e gerenciamento.

#### **b) Empresa Familiar em Transição**

São propriedades com um nível de diversificação maior (três a seis atividades para obtenção de renda), cujo proprietário reside na propriedade. São propriedades geralmente menores de 100 ha, com concentração próxima a 20 ha; usam uma tecnologia média (uso mediano da mecanização; apresentam problemas no uso de insumos modernos, como fertilizantes, corretivos, fungicidas, herbicidas, inseticidas, e o manejo das culturas é medianamente realizado). A utilização do crédito rural é menor

---

<sup>16</sup> Margem bruta (MB) é entendida como a receita total (RT) diminuída dos custos variáveis (CV). É dada pela seguinte fórmula  $MB = RT - CV$  (FAO/INCRA, 1994)

ou incipiente, e a renda fica entre cinco e dez salários mínimos por mês. São produtores de menor esclarecimento que os consolidados; menos cosmopolitas; com média liderança nas comunidades, que buscam em menor intensidade a assistência técnica e creditícia; possuem médio poder de análise, discernimento e gerenciamento.

### **c) Propriedade Familiar Periférica ou de Subsistência**

São propriedades muito diversificadas (quatro a sete atividades para subsistência e comercialização do excedente), cujo proprietário reside na propriedade. São estabelecimentos geralmente menores de 50 ha, com concentração abaixo de 20 ha; usam baixa tecnologia (pouco uso da mecanização e apresentam muitos problemas no uso, ou não usam os insumos modernos, como fertilizantes, corretivos, fungicidas, herbicidas, inseticidas; o manejo das culturas é realizado de forma espontânea). A utilização do crédito rural é inexistente ou incipiente, pois não possuem viabilidade econômica para ter acesso a ele; sua renda fica abaixo de um salário mínimo por mês. São produtores pouco esclarecidos, que quase não saem da propriedade, não têm liderança, buscam pouco ou nem buscam a assistência técnica e creditícia; têm dificuldades quanto ao poder de análise, discernimento e gerenciamento.

Contudo, toda essa discussão veio permitir que a pesquisadora formulasse e adotasse como parâmetro para a delimitação do universo familiar dessa dissertação aqueles estabelecimentos que atendam, ao mesmo tempo, às seguintes condições:

- a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento;
- o trabalho familiar permanece presente, mas recorrem regularmente a uma força de trabalho externa, assalariamento permanente ou temporário;
- caracterizam-se por um sistema voltado principalmente para produção de valores de troca e não de uso;
- a renda principal da família é obtida através das atividades realizadas no estabelecimento rural;

## **2. NOÇÕES DE PLURIATIVIDADE**

Durante um longo período, entre as décadas de 60 e 80 do século XX, boa parte das análises acerca da realidade rural brasileira estiveram condicionadas a questões que vislumbrassem a ótica agrária. Frente a este quadro, a tônica sempre esteve pautada no papel que a agricultura deveria assumir no processo de crescimento da riqueza nacional, seja pela via de financiar a industrialização, ou pela via de se converter em mercado consumidor de produtos industrializados. Entretanto, o debate sobre as famílias rurais e seu papel ou lugar na estrutura agrária se constituiu, durante um longo período, no objeto central dos estudos sobre o mundo rural. Na realidade, estudar as formas sociais de trabalho e produção no campo fazia sentido à medida que produzissem explicações e interpretações sobre os rumos do desenvolvimento do capitalismo em geral e o papel da agricultura nesse processo.

Contudo, embora a agricultura e suas formas sociais de trabalho ainda guardem um lugar de destaque nas formulações teóricas e no compromisso intelectual de diversos cientistas sociais brasileiros vinculados à temática agrária e rural, difundiu-se, recentemente, a necessidade de se repensar os temas agrários e o mundo rural. Diversas razões informariam essa nova agenda de análise sociológica, entre elas, a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas.

O termo pluriatividade, segundo ALENTEJANO (1997), implica: na diversificação das formas de organização na agricultura, com multiplicação de estratégias complementares de reprodução dos agricultores, que envolve, inclusive, o recurso a outras atividades, seja o assalariamento urbano, seja a transformação industrial ou artesanal da produção agrícola, seja o desenvolvimento de atividades terciárias, serviços e lazer, na propriedade rural.

No entanto, no que tange à pluriatividade, o debate em torno da questão é ainda limitado no Brasil. Poucos são os pesquisadores, entre eles, SCHNEIDER (1996, 2003), ALENTEJANO (1997), CARNEIRO (1994), TEIXEIRA (1998), ANJOS (2003) e SILVA et al (1999) que têm se dedicado ao tema. Na verdade, o termo tem gerado algumas controvérsias em debates e pesquisas acadêmicas, pois a consideração da pluriatividade como uma relação social nova, transitória ou antiga é, até hoje, objeto de discussão entre os especialistas brasileiros e também europeus, dentre eles, FULLER (1990), LAMARCHE (1984,1992,1993) e KAUTSKY (1980).

Uma primeira controvérsia parte do debate que o campesinato sempre foi pluriativo e, portanto, o que se estaria vendo hoje é um refortalecimento de uma prática histórica, isto é, uma estratégia social da agricultura familiar, frente às situações adversas. Neste sentido, para SCHNEIDER (1996), o que permite hoje distinguir o recurso às atividades extra-agrícolas, como uma estratégia distinta da combinação de múltiplas fontes de renda exercida no passado, é o estatuto de quem as exerce, se é camponês ou agricultor familiar, e o ambiente sócio-econômico no qual está ancorado. Com essa delimitação o autor sugere que:

*“...afasta-se toda e qualquer forma de exercício de atividades extra-agrícolas ou até mesmo não-agrícolas como artesanato<sup>17</sup>, as atividades de turismo e lazer, entre outras, baseadas na idéia de que estas são estratégias dos pequenos produtores ou dos camponeses para retardar seu desaparecimento iminente, ou para torná-los funcionais no interior do capitalismo..” (1996:18).*

Dessa forma, seria errôneo associar o agricultor que executa atividades não-agrícolas a uma unidade de produção agrícola pequena e ineficiente, pois diferentes tipos de produtores exercem a pluriatividade, desde produtores altamente capitalizados

---

<sup>17</sup> Nas literaturas de Kautsky (1980) e Chayanov (1974), a prática do artesanato entre os agricultores familiares já era presente desde os fins do feudalismo, portanto, considera-se os resultados dos estudos do autor controversos ou equivocados, quando se pensa o artesanato como uma nova estratégia familiar.

até os pequenos e pouco capitalizados. FULLER (1990) verificou que a pluriatividade não tem sido exercida somente pelos agricultores pequenos e marginalizados, que buscam atividades não-agrícolas para manter ou ampliar suas rendas, mas também pelos agricultores bem sucedidos e modernizados, com múltiplos interesses.

No entanto, há estudiosos brasileiros que justificam o desinteresse pelo estudo da pluriatividade, respaldados no argumento que a combinação de múltiplas atividades no seio de uma família de agricultores seria uma característica antiga, praticada desde os tempos do fim do feudalismo, quando passaram a existir as formas familiares autônomas assentadas nas pequenas propriedades de terra, em condições que, mais ou menos, perduram até os dias atuais.

Uma segunda controvérsia parte de argumentações que a pluriatividade seria uma característica passageira ou transitória, que tenderia a desaparecer na proporção em que avançasse o processo de subordinação da agricultura e do mundo rural à dinâmica urbana e industrial da sociedade contemporânea. Já uma terceira, parte de uma vertente de autores como CARNEIRO (1994), que a considera uma nova forma, uma vez que não se trataria da antiga multiplicidade de atividades realizadas pelo campesinato em função da precariedade de acesso aos mercados, mas de uma multiplicidade de estratégias que nada têm em comum, a não ser a negação da forma moderna de agricultura familiar, baseada na profissionalização e especialização.

CARNEIRO (1994) assim resume a questão:

*“Como resultado de um processo historicamente datado que começa com o estabelecimento de um modelo ideal de exploração agrícola, se apoiando sobre a especialização da produção (e do trabalho) e sobre a produtividade, a pluriatividade dos tempos modernos se distingue daquela que era praticada durante o período da proto-industrialização. Nesses termos, ela é recriada por uma parte da população rural para afrontar as crises geradas pela modernização da agricultura, como dizem os sociólogos, os economistas, os agrônomos.” (CARNEIRO, 1994: 6)*

A partir dos estudos de SILVA et al (2000), foi possível aferir que essa crise, que CARNEIRO (1994) explicita, associa-se às transformações estruturais da agricultura, provocadas pela “modernização conservadora”, processo que teve lugar na agricultura brasileira durante a década de 1970 e que se notabilizou por renovar a base técnica e as relações de trabalho com expansão do assalariamento; por integrar crescentemente os capitais urbano e agrário sob a liderança da constituição dos complexos agroindustriais; e agravar a concentração fundiária, inclusive, com a

territorialização da grande burguesia urbano-industrial, num processo fortemente apoiado nos subsídios creditícios e em outras formas de incentivo governamentais.

Não diferindo, sobretudo, dos argumentos de CARNEIRO (1994), LAMARCHE (1984;1987;1993) explicita que a estrutura agrária contemporânea estaria desenvolvendo um processo de diversificação das formas sociais de ocupação da força de trabalho cuja característica mais eloqüente seria a combinação crescente de atividades agrícolas e não-agrícolas no seio de uma mesma família. Nesse sentido, a pluriatividade é vista como uma característica intrínseca à agricultura familiar que, durante o processo de modernização agrícola, permaneceu obscurecida no interior das propriedades dedicadas exclusivamente à agricultura. Portanto, sua emergência recente não é apenas uma decorrência imediata das transformações macroeconômicas<sup>18</sup> do capitalismo, mas uma resposta dos próprios agricultores a um novo contexto social e econômico. Trata-se, na verdade, de uma nova categoria social, distinta do campesinato e dos produtores profissionais, e com um sistema de valores que não é rural nem urbano, ou seja, na opinião de PUGLIESE (1991), a pluriatividade se torna o elo de ligação que melhor caracteriza a “homogeneização” entre o rural e o urbano. Assim, o que antes eram “particularidades ou especificidades” do processo produtivo da agricultura tornaram-se, na realidade, tendências gerais do desenvolvimento do capitalismo.

O reconhecimento de que o padrão de modernização se baseou, no caso brasileiro, na grande agricultura patronal e ampliou o poderio da grande propriedade, não elimina, segundo ALENTEJANO (1997), o fato de que se constituiu no meio rural brasileiro uma parcela significativa de agricultores familiares e que, entre esses surgiu uma expressiva parcela de pluriativos. Deve-se também considerar que mesmo os setores da agricultura familiar não atingidos diretamente pela modernização agrícola, no sentido de se tornarem produtores modernizados, foram indiretamente atingidos por esse processo, seja do ponto de vista social, econômico ou ideológico, o que nos permite dizer que sua inserção na sociedade sofreu significativas transformações.

Analisando como Lamarche as influências das recentes transformações macroeconômicas do capitalismo, MARSDEN (1995) também concluiu que, em razão do recuo do padrão fordista de produção na agricultura, o espaço rural, que durante o

---

<sup>18</sup> No caso brasileiro, e para SILVA et al (2000), essas transformações referem-se aos condicionantes macroeconômicos típicos da década de 1990, como, por exemplo, as políticas de abertura comercial, as mudanças no financiamento da produção agrícola e a sobrevalorização cambial.

fordismo se limitara a cumprir suas funções produtivas agrícolas, vai ganhando novas atribuições e aparece como ambiente onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas. Entre as novas funções do espaço rural, o autor destaca o papel do consumo de bens materiais e simbólicos, como festas, folclore, gastronomia e serviços como por exemplo, eco-turismo e atividades ligadas à preservação ambiental, tentando mostrar que na fase pós-fordista o espaço rural não pode mais ser associado apenas à produção agrícola e ao uso da terra para cultivos de produtos alimentares e matéria-prima.

Com base nessas formulações, MARSDEN (1994) considera que a pluriatividade tende a se generalizar tanto em áreas de produção agrícola, onde o avanço tecnológico diminuiria a demanda de trabalho nas propriedades, como nas demais zonas rurais, onde o próprio Estado vem estimulando o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como o turismo e o artesanato. E, ainda, acredita que esse processo conduzirá à revalorização do espaço rural, especialmente em razão do rápido crescimento do movimento ambientalista e dos processos de descentralização industrial<sup>19</sup>, que tendem a ampliar o mercado de trabalho e, conseqüentemente, o exercício da pluriatividade pelas famílias rurais.

Embora o referido autor insista no fato de que a pluriatividade seja uma decorrência da reconfiguração social, econômica e espacial de reestruturação capitalista, reconhece que os elementos exógenos, especialmente o mercado de trabalho de atividades não-agrícolas, não são suficientes para explicar inteiramente o fenômeno da pluriatividade. Para se compreender que tipos de impactos diferenciados essas transformações provocam nas decisões das famílias rurais, especialmente no que se refere ao recurso à pluriatividade como estratégia de reprodução social, Marsden sugere que se analisem também as relações sociais internas das propriedades e os processos produtivos.

Nesse sentido, para analisar a pluriatividade tem que se levar em conta tanto os fatores internos, que se referem à característica da exploração agrícola e da família (tamanho da exploração, disponibilidade de mão-de-obra e de capital, as qualificações, ciclo familiar, perspectivas de sucessão, etc.), assim como os fatores externos que constituem o meio em que as famílias se inserem (mercado de trabalho locais, políticas,

---

<sup>19</sup> Para maiores detalhes consultar ALENTEJANO (1997).

economia local, organizações sociais, etc.) que irão delinear de acordo com TEIXEIRA (1998) as oportunidades e as limitações do desenvolvimento da pluriatividade.

Uma vez que também se concorda que a pluriatividade não representa uma situação inteiramente nova no modo de funcionamento das formações sociais e econômicas agrárias, resgatam-se as contribuições de autores como KAUTSKY (1980) e CHAYANOV (1974) que, embora marginalmente, já haviam abordado o tema da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas pelas unidades familiares, interpretando-as como formas complementares de acesso à renda.

As contribuições de KAUTSKY (1980), tal como as de MARSDEN (1994) situam a pluriatividade no contexto dos desdobramentos do processo de expansão do capitalismo no espaço rural, no qual a orientação interpretativa explica o fenômeno a partir de uma perspectiva macroestrutural, concedendo maior importância às mudanças nos planos das estruturas sociais e econômicas que engendram sua aparição. Das formulações de Kautsky, desprende-se a tese de que a pluriatividade é um fenômeno de transição entre a agricultura tradicional<sup>20</sup> e sua eminente desapareição no curso dos acontecimentos. Para este autor, à medida em que o capitalismo se desenvolve na agricultura, esta tende-se a ser gradualmente subordinada à indústria.<sup>21</sup> Este processo é comandado pela dinâmica do progresso tecnológico, que acaba por transformar a agricultura em um ramo da indústria, completando-se assim uma longa evolução que resulta na afirmação da superioridade técnica da grande propriedade sobre as pequenas propriedades, ou unidades camponesas, como também são chamadas. No entanto, o autor afirma que o processo de transformação estrutural da agricultura sob o capitalismo não elimina, necessariamente, as pequenas propriedades, que poderão persistir no meio rural desde que desenvolvam formas de trabalho acessório que possam ou não estar ligadas à agricultura e que lhes permitam manter sua reprodução social.

Na verdade, o exercício das atividades acessórias ou complementares por parte das unidades camponesas não permite modificar ou impedir o seu destino que é a sua própria desapareição, mas pode consideravelmente retardar o seu processo de transformação em proletariados. E, ainda, são atividades que aparecem na obra do

---

<sup>20</sup> Refere-se ao domínio de processos produtivos nos quais há uma baixa ou nula incidência dos chamados “inputs” de origem industrial, assim como das modernas técnicas de transformação genética geradora dos chamados cultivos de altos rendimentos.

<sup>21</sup> Como enfatizou KAUTSKY, “...a indústria constitui a mola não apenas da sua própria evolução, mas ainda da evolução agrícola.... A grande indústria passa agora a dominar. A agricultura deve obedecer às suas ordens, adaptar-se às suas exigências.” (1980:317 e 319).

referido autor relacionada à pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica, o que restringe a capacidade concorrencial e reduz a renda em níveis que obrigam as pequenas unidades familiares a buscarem uma atividade complementar ou, então, a abandonar definitivamente o campo

Dentre as atividades acessórias, Kautsky ressalta que existem três tipos de ocupações que, ao alcance dos pequenos camponeses, não se excluem, mas podem existir simultaneamente, e, freqüentemente coexistem:

- 1 O trabalho agrícola assalariado, mais conhecido como trabalho temporário, exercido nas grandes propriedades em épocas de maior demanda por mão-de-obra, como nas colheitas;
- 2 a ocupação em indústrias em domicílio, o que, em geral, ocorre em regiões de pouca aptidão agrícola para consolidar uma agricultura competitiva, como era o caso de várias áreas na Alemanha e no restante da Europa, na ocasião de seus estudos. Apesar de ser menos eficiente do que a indústria urbana, a indústria em domicílio rural desfrutaria da vantagem de se apoiar na agricultura, o que lhe permite rebaixar os custos de produção, especialmente com a remuneração da força de trabalho;
- 3 finalmente, a própria fundação de indústrias no campo, que progride em função do avanço das comunicações (estradas de ferro, telégrafos), o que também permite a emergência de trabalhos complementares para as famílias de pequenos proprietários.

Um outro autor a destacar a importância das atividades rurais não-agrícolas foi CHAYANOV (1974), cujas análises consideram como essencial o ciclo vital da família e a dinâmica que a acompanha, concedendo primazia ao grupo familiar, enquanto ator social coletivo, em detrimento dos aspectos macroestruturais que afetam a pluriatividade. O autor parte da premissa de que a unidade camponesa de produção é um ente que atua independente do sistema econômico no qual a família encontra-se inserida. Além disso, admite que todos os processos e atitudes adotadas pelas famílias reduzem-se, subordinam-se, às determinações do esquema básico correspondente ao chamado equilíbrio trabalho-consumo<sup>22</sup>.

Para CHAYANOV (1974), em situações em que as unidades familiares dispõem de terra em quantidades insuficientes para suas necessidades, ou mesmo quando elas

---

<sup>22</sup> Na verdade, o autor reduz os camponeses à condição de meros consumidores- produtores que controlam empresas autônomas.

não são proporcionais ao seu tamanho, pois sobram braços para trabalhar, elas tendem a buscar nas atividades artesanais comerciais e nas outras atividades não-agrícolas uma forma de ocupar a força de trabalho e garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo. E, ainda, o recurso às atividades rurais não-agrícolas é variado e é determinado, primeiramente, pela flutuação do ciclo demográfico familiar. Assim, quando as famílias possuem filhos pequenos, ou quando resta apenas o casal de velhos, e às vezes um filho que se ocupe deles, a demanda por essas atividades é menor vis-à-vis às situações em que as famílias ampliam sua capacidade de trabalho em face da maior aptidão dos filhos ao ofício. Nesse caso, quando há subocupação da força de trabalho, o recurso às atividades não agrícolas constitui-se em uma alternativa.

Todavia, apesar da busca por atividades não-agrícolas variar segundo o ciclo demográfico, isso não quer dizer, segundo Chayanov, que o tamanho da família seja o único critério que orienta a divisão familiar do trabalho entre atividades agrícolas e não-agrícolas. Na verdade, é preciso levar em conta os elementos técnicos que influenciam a produção, pois a adoção de meios de produção mais eficazes poderia suprir a falta de braços antes mencionados. A divisão do trabalho familiar (entre atividades agrícolas e não agrícolas) também se orienta “pelas condições econômicas gerais que se dão localmente” (Chayanov, 1974, p:116). Assim, “... a suposição de que a busca de capital e principalmente terra induz a família camponesa a orientar parte considerável de sua mão-de-obra para as atividades não-agrícolas está perfeitamente correta na maioria dos casos. (idem, p.118). Contudo, essa afirmação segundo o próprio Chayanov, exige que se estabeleçam dois condicionantes:

- 1 em primeiro lugar, o fato de o desenvolvimento das atividades não-agrícolas estar relacionado à irregularidade da distribuição do tempo de trabalho na agricultura, pois em determinadas estações, a inatividade pode ser quase total;
- 2 em segundo lugar, e isso é o principal, em muitas situações não é a falta de meios de produção o que origina os ganhos com atividades não agrícolas, mas uma situação de mercado mais favorável para esse tipo de trabalho, no sentido da remuneração que se obtém pela força de trabalho camponesa, em comparação com aquela derivada da venda de produtos agrícolas.

Portanto, pode-se dizer, que a questão das atividades rurais não-agrícolas aparece na obra de CHAYANOV (1974) como uma estratégia<sup>23</sup> de alocação da força de

---

<sup>23</sup> Não são derivadas de um cálculo aritmético ou de uma racionalidade guiada pelo lucro ou pela acumulação, mas tão somente orientadas segundo as necessidades da família, que variam ao longo do

trabalho familiar face às suas necessidades, que variam ao longo do ciclo de seu desenvolvimento demográfico, mais especificamente, aos condicionantes terra, trabalho e capital. Na verdade, trata-se de atividades que, segundo o autor, fornecem uma remuneração muito mais elevada por unidade de trabalho familiar, pois com sua ajuda as unidades familiares podem obter ganhos maiores com menores fadigas, desde que a divisão familiar entre atividades agrícolas e não-agrícolas é levada a cabo pela comparação da situação de mercado destes ramos da economia nacional.

Além de demonstrar que o tema das atividades rurais não-agrícolas, entendidas como formas complementares de renda e trabalho, já marcaram presença nas obras de KAUTSKY (1980) e CHAYANOV (1974), torna-se importante apresentar, como outros autores, principalmente brasileiros, tem-se referido ao tema. Um aspecto fundamental a ser considerado, diz respeito ao ambiente necessário para a proliferação do trabalho pluriativo. Para ALENTEJANO (1997), existem duas razões para se explicar a emergência das atividades não-agrícolas e da pluriatividade no Brasil:

- A primeira razão é decorrente do próprio processo de urbanização<sup>24</sup> do campo, resultante do progressivo transbordamento das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais situadas em seu entorno. Em relação a essa última questão, vale ressaltar que, o referido autor vincula-se o desenvolvimento da pluriatividade às transformações recentes nos processos de industrialização<sup>25</sup>, que, rompendo com o padrão fordista clássico baseado na concentração, caracteriza-se pela dispersão espacial, pela descentralização das plantas industriais, que têm contribuído para a revitalização econômica de determinadas áreas rurais brasileiras;
- Já a segunda razão explicativa vincula a pluriatividade ao desenvolvimento do lazer e do turismo rural. Para SILVA et al (1999), o crescimento das áreas de preservação destinadas ao ecoturismo, como parques e estações ecológicas, os pesque-pagues, as chácaras de fins de semana e os hotéis fazendas seriam os melhores exemplos dessas novas funções vinculadas ao turismo rural brasileiro.

---

ciclo de seu desenvolvimento demográfico. Na verdade, o conceito de estratégia funciona para o autor como um conjunto de ações conscientes e planejadas que a família coloca em curso para alcançar seus objetivos.

<sup>24</sup> Entendido como a difusão no meio rural de atividades econômicas e relações sociais antes presentes apenas nas cidades e subordinação crescente do campo a essas.

<sup>25</sup> Esse processo obedece à necessidade crescente de flexibilização das relações de trabalho e redução dos custos de mão de obra que, em geral, são bem mais atraentes nas áreas rurais .

O maior esforço de avaliar o peso e o significado da pluriatividade e das atividades rurais não-agrícolas no Brasil, se deve também, ao projeto Rurbano<sup>26</sup> coordenado por José Graziano da Silva, com base na análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD).

SILVA (1997) faz uma síntese das principais conclusões desta pesquisa e destaca que no início da década de noventa, 35% da população economicamente ativa rural no país estava ocupada em atividades não-agrícolas, chegando a mais de 40 % no Estado de São Paulo com destaque para serviços pessoais e agroindustriais. A pesquisa ainda revelou que na ampla dimensão geográfica do país a taxa de crescimento de todas as categorias rurais não-agrícolas se mostra positiva e acima das atividades agrícolas, cujas taxas foram negativas principalmente nas regiões Sudeste e Sul.

Na sua apreciação desse novo mercado de trabalho rural não-agrícola, o autor concluiu:

*“ ... as atividades agropecuárias já se constituem numa atividade de tempo parcial para um contingente expressivo de trabalhadores em nosso país. E não é apenas porque as atividades agrícolas não demandam todo o tempo disponível das famílias rurais: é também porque as atividades agrícolas não geram renda suficiente para todas as pessoas nela ocupadas em tempo integral .... (SILVA,1997 : 06).*

De acordo com FERNANDES et al (1999), os impactos sobre o nível de renda e emprego, gerados nas unidades de produção agrícolas, principalmente aquelas de base familiar, colocam "em xeque" a possibilidade destas unidades se desenvolverem. Assim, é fundamental encontrar atividades alternativas, que sejam técnicas e economicamente viáveis, para serem executadas nas unidades de produção familiares, uma vez que o seu desenvolvimento cria a possibilidade de imprimir um novo dinamismo nas relações entre cidade e campo.

O que se pretende, segundo SILVA (1997), é que a valorização do espaço rural não fique condicionada apenas às atividades exclusivamente agrícolas. A grande maioria da população rural nos países desenvolvidos depende das atividades não-agrícolas, e no Brasil, como apontam os estudos, nos anos 90, o segmento que mais cresceu em diversas regiões do país foi aquele que não esteve atrelado fundamentalmente à agricultura. Isto porque as famílias que vivem no campo e

---

<sup>26</sup> Projeto de pesquisa desenvolvido na UNICAMP cuja proposta é explorar recentemente a relevância dos cortes urbano/ rural e agrícola/não agrícola no desenvolvimento brasileiro

desenvolvem atividades paralelas às agrícolas têm, em média, uma renda 43% superior em relação àquelas que vivem exclusivamente da agricultura.

### **3. TURISMO RURAL: UMA ALTERNATIVA SÓCIO-ECONÔMICA.**

No capítulo anterior, verifica-se que se vive um momento de importantes mudanças no âmbito rural brasileiro, pois esse, que outrora dependia quase que exclusivamente das atividades agrícolas, passa, nos últimos anos, a ter as ocupações não-agrícolas como fatores importantes na composição das rendas familiares rurais. Dessa forma, diante da multiplicidade de processos dinâmicos em curso nas áreas rurais, no que se refere à diversidade das formas de produção e reprodução deste meio não ligadas às atividades tradicionais, vale ressaltar que, no caso brasileiro, o turismo é considerado por vários autores, entre eles, OLIVEIRA et al (2000), como uma das atividades rurais não-agrícolas que mais vêm se destacando atualmente, juntamente com a agroindústria, a oferta de serviços e a oferta de residência.

O termo turismo, segundo a OMT – Organização Mundial de Turismo (1995), implica: “as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares distintos aos de sua residência habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de lazer, de negócio e outros.” .... “ tem sua origem no radical *tour* do latim, oriundo do substantivo *tornu,s* do verbo *tornare*, cujo significado é de giro e volta ... (ROQUE, 2001). O fenômeno tem alcançado, nos últimos anos, fantásticos índices de crescimento e otimizado diferentes espaços, como os naturais e rurais.

Na verdade, as vantagens para se investir atualmente no turismo e, principalmente, no turismo rural, são as mais variadas e compensadoras, uma vez que essa atividade resulta no aumento e na diversificação da renda e ocupação da mão-de-obra familiar relativamente ociosa. Essa situação vem contribuindo para que os governos, inclusive o brasileiro, reconheçam a importância do setor como uma atividade econômica e social capaz de desenvolver a economia, gerar empregos, fixar o homem no campo e aumentar a renda nacional.

Ao contrário do que muitos possam imaginar, é possível reconhecer as atividades turísticas desde a antiguidade. Porém, o reconhecimento delas como atividades produtivas, complementares às tradicionais atividades agropecuárias e geradoras de renda para o meio rural, vem acontecendo nas últimas décadas, em decorrência dos resultados obtidos nos estudos sobre as transformações que envolvem o mundo rural, particularmente, no que se refere à diversidade das formas de produção e reprodução deste meio.

Contudo, um dos problemas que ainda encontramos ao estudar e, ou, descrever o que seja turismo rural, está no campo das definições, ainda em fase de amadurecimento. É pertinente ressaltar que dada à ausência de uma conceituação mais precisa do termo, existem algumas controvérsias no caso brasileiro quanto ao seu uso, dentre elas:

- A primeira, resulta da percepção de que o uso do termo, turismo rural, poderia abarcar várias expressões, tais como: turismo de aventura, cultural, esportivo, turismo verde, ecoturismo, agroturismo, etc. Neste sentido, a expressão aqui consistiria em tudo o que ocorre no meio rural em oposição ao turismo convencional, com relação ao aproveitamento do campo.
- A segunda, ao contrário da primeira, resulta da análise de que o uso do termo, turismo rural, somente englobaria as atividades de serviços não-agrícolas desenvolvidas no interior das propriedades rurais, tradicionalmente denominadas de agroturismo<sup>27</sup>. Neste caso, o turismo rural não envolveria as atividades de lazer denominadas de turismo ecológico, turismo verde, ecoturismo, ou outra modalidade qualquer, que são realizadas neste meio.

---

<sup>27</sup> Segundo ROQUE e VÍVIAN (1999), pode ser visto como uma atividade de turismo no espaço rural, que visa a valorização do ambiente e do produto rural regional, sendo este último denominado de produto de “Proveniência Rural”. Nesse caso, o turista vai à propriedade para passar algumas horas, participar de pelo menos uma refeição, das atividades típicas como a ordenha, e busca conhecer produtos específicos da região visitada, como a cachaça, o queijo, o vinho, etc.

- A terceira, deriva de uma vertente de autores como ZIMMERMANN (1995), que apóia a utilização do termo apenas quando o turista se hospeda efetivamente no meio rural e participa de forma lúdica, em geral, dos trabalhos realizados na fazenda ou sítio.
- A quarta, surge do debate em que o termo, turismo rural, deve ser usado e entendido, na situação em que o turista visita fazendas e sítios, onde passa o dia se entretendo, fazendo cursos em unidades agrícolas ou compras de alimentos e artesanatos típicos.

Sobretudo, diante da riqueza de termos, expressões e conceitos que podem surgir em relação à expressão turismo rural alguns pesquisadores brasileiros, inclusive ARAÚJO (1998), sugerem o seu tratamento como: aquelas atividades que se realizam no campo, e se identificam com as especificidades da vida rural, seu habitat, sua economia e sua cultura. É a soma do ecoturismo, turismo verde, cultural, esportivo, agroturismo e turismo de aventura. Engloba todas essas atividades, as quais não se excluem, mas se completam, com círculos concêntricos, onde cada um deles se entrega ao precedente, sem perder de vista que essas atividades devem sempre propiciar, aos agricultores e à região, benefícios sociais e econômicos.

Assim, diante das formulações anteriores, o turismo rural poderia envolver, entre outras, as seguintes atividades e produtos: caminhadas; visitas a parentes/ amigos; visitas a museus, galerias e sítios históricos; festivais, rodeios e shows regionais; esportes na natureza; visitas a paisagens cênicas/ fauna e flora; gastronomia regional; artesanato e produtos agroindustriais; campings, fazendas-hotéis, albergues, “SPAs” e etc.

Já outros autores como ZIMMERMANN (1995) e mesmo a própria EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo (INSTITUTO..., 1994; 2000) têm sugerido o seu tratamento como:

*“Turismo rural é um segmento do turismo desenvolvido em áreas rurais produtivas, relacionado com os alojamentos na sede da propriedade (adaptada) ou em edificações apropriadas (pousadas) nas quais o turista participa das diferentes atividades agropecuárias nestes espaços, quer como lazer ou aprendizado. Deve ser incluída nesta modalidade, a oferta de produtos naturais de origem.”*  
(ZIMMERMANN, 1995:2).

*“Conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a*

*produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade.” (EMBRATUR, 1994:p.10).*

*“Atividade multidisciplinar que se realiza no meio ambiente, fora das áreas intensamente urbanizadas. Caracteriza-se por empresas turísticas de pequeno porte, que tem no uso da terra a atividade econômica predominante, voltada para as práticas agrícolas e pecuárias”. (EMBRATUR, 2000: p12).*

Tratando-se ainda do turismo rural, no Brasil, existem duas razões, segundo BRASIL e OLIVEIRA (2000), que vêm propiciando a sua expansão, dentre elas:

- a vontade que algumas pessoas, principalmente moradoras das grandes cidades têm de reencontrar suas origens e permanecer perto da natureza, convivendo e conhecendo a vida “calma e tranqüila” do campo, seus hábitos, tradições e costumes; e
- a necessidade que o produtor rural, dono das terras e dos meios de produção, tem de tentar diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos.

O turismo rural propicia o contato direto do produtor com o consumidor final, que consegue vender, além da hospedagem e, ou permanência, seus produtos in natura, como por exemplo, frutas, ovos, verduras ou produtos beneficiados como compotas, bolos, queijos, cachaça etc. Assim, consegue-se alcançar preços melhores para os dois lados da transação, tornando-a mais rentável para o produtor, que agrega um valor “natural, fresco e puro” ao produto, e mais barato e saudável para o consumidor, que evita pagar o lucro de intermediários.

Ainda, no mesmo sentido, autores como LABAT & PEREZ (cit. em SILVA, DALE & VILARINO, 1999) explicitam que o seu crescimento e, ou, expansão também está fortemente relacionada aos possíveis impactos indiretos, tais como: desenvolvimento da indústria do lazer; melhoria da infra-estrutura e das telecomunicações; desenvolvimento das pequenas e médias indústrias; crescimento da demanda por artesanato e produtos alimentícios e a melhoria indireta do setor agrícola, através da potencialização de produtos de qualidade, típicos de cada zona, que é o caso de produtos como mel, queijos, embutidos, cachaça, etc.

Na verdade, o desenvolvimento do turismo rural tem como peculiaridade ser uma atividade capaz de se integrar às atividades produtivas cotidianas da propriedade, como a pecuária de leite, plantio de milho, entre outros – fenômeno este que, respaldados no capítulo anterior, podemos caracterizar como pluriatividade. Além disso,

permite a integração e o fortalecimento de novas atividades agropecuárias e agroindustriais, como o cultivo de ervas medicinais, a criação de animais silvestres e a produção de cachaça, podendo até ser estas as atrações turísticas do meio e as novas fontes de renda a serem consideradas.

Investigações mais recentes que visam explicitar os seus pontos fortes e fracos demonstram que, além de proporcionar efeitos sócio-econômicos, o turismo rural gera também impactos culturais, políticos e ambientais, e que estes se dão com intensidades diferentes em cada destinação, dependendo, sobretudo, de suas características físicas e sócio-culturais. Dessa forma, vale salientar, conforme ROQUE e VÍVIAN (1999), os seus principais pontos fracos e fortes.

### **Pontos Fracos do Turismo Rural**

- Se mal elaborado, pode criar a descaracterização do espaço e do homem rural, visto que seus valores intrínsecos são perdidos ou pelo menos alterados.
- No âmbito nacional, evidencia-se mão-de-obra despreparada para a sua prestação, falta de diretrizes básicas e normatizações para o seu eficaz gerenciamento e legislações inadequadas com a realidade rural para gerir o seu adequado desenvolvimento.
- Não existem linhas de crédito e as políticas públicas estão pouco desenvolvidas para o seu apoio.
- Falta articulação entre as comunidades locais e os empreendimentos turísticos.
- Falta treinamento do empresário, além de um nível de aptidão a esta atividade, visto que o setor de serviços tem características diferenciadas do setor de produção.
- Faltam informações para a sua implantação, tendo em vista que o empresário deve utilizá-las para tomar decisões e definir estratégias administrativas embasadas em dados testados ou com garantia de efetividade.

### **Pontos Fortes do Turismo Rural**

- Colabora na manutenção do homem do campo, sendo pertinente com o momento atual, em que o empresário rural está aberto a novas formas e metodologias de trabalho.

- Se bem planejado, pode ser visto como uma estratégia de suplementação ou complementação dentro da propriedade rural, permitindo a estabilidade da organização e a integração das atividades tradicionais.
- Apresenta-se como uma das metodologias administrativas que respeita preceitos ambientais e a nova realidade mundial, que exige do setor empresarial a valorização de uma consciência ambiental.
- Valoriza a conservação das características naturais e históricas das propriedades, garantindo a preservação dos valores humanos.
- Permite o aproveitamento de estruturas ociosas, aumentando o lucro real das propriedades.

Entretanto, dada a extensa área geográfica brasileira, com uma infinidade de belezas naturais e manifestações culturais, vários estados se caracterizam pelos importantes e pertinentes espaços propícios à expansão do turismo rural, os quais já suscitarão o seu desenvolvimento. Segundo ZIMMERMANN (1996), os pioneiros do turismo rural surgiram no estado de São Catarina, mais especificamente no município de Lages. Em 1986 alguns produtores desse município resolveram diversificar sua área de atuação, abrindo as suas propriedades para visitantes que vinham passar o fim de semana e vivenciar o dia-a-dia na fazenda. Isto permitiu, em muitos casos, que diversas propriedades da região mantivessem sua atividade produtiva, de forma ativa e fortalecida, tanto pela agregação de valores a seus produtos, como pela renda extra oferecida por essa atividade. Sobretudo, é interessante ressaltar que, em algumas regiões brasileiras, são os próprios produtores rurais que se configuram como estrategistas e criam programas e projetos originais para o seu desenvolvimento. No meio comercial brasileiro, por exemplo, já se detecta a venda de vários Circuitos e, ou, Rotas Turísticas. Todavia, a criação desses produtos turísticos, de acordo com TULIK (1997), acontece não só quando o poder público cria ou apóia políticas integradas de desenvolvimento, mas quando os empreendedores se unem em associações, ou quando ambos, poder público e empreendedores, elaboram estratégias conjuntas para o desenvolvimento do turismo rural.

No estado de Minas Gerais, por exemplo, é verificada uma vocação peculiar para as chamadas rotas do agroturismo, como a Rota da Cachaça, do Queijo, das Flores. No Rio de Janeiro, encontra-se a Rota da Truta nas regiões serranas e a Rota do Café na região de Vassouras, com seus casarios coloniais de forte apelo histórico. Na Bahia,

observa-se a Rota do Cacau, que consorcia grandes fazendas cacaeiras com atividades turísticas. Em Pernambuco, identifica-se o Roteiro dos Engenhos.

Vale aqui também ressaltar um roteiro que vem ocupando um grande espaço na mídia recentemente: o Circuito da Estrada Real, uma rota de mais de 1.400 quilômetros de extensão, que abrange 177 municípios, sendo 162 em Minas Gerais, oito no Rio de Janeiro e sete em São Paulo. Segundo OLIVEIRA (2004), a região demarcada oferece um variado potencial turístico, que abrange as cidades históricas mineiras, como Ouro Preto, Diamantina, Tiradentes, Mariana e Sabará, com suas construções coloniais, igrejas e museus; as reservas ecológicas, parques com belas cachoeiras, montanhas e lagos, que propiciam a prática dos chamados esportes de aventura; as estações de água termais; e a apreciada culinária mineira, que constituem em atrativos significativos da região (rota).

Assim, diante das observações acima, infere-se que a questão essencial no desenvolvimento do turismo no espaço rural brasileiro é a procura pela preservação e conservação do ambiente rural, desenvolvendo as bases locais e valorizando a cultura e o regionalismo, permitindo a integração do visitante com a história local, seja através da arquitetura, dos objetos, dos produtos agrícolas, entre outros. É uma atividade que se bem planejada, pode reanimar as economias locais e regionais, viabilizar novas formas de renda para os agricultores familiares e para o meio rural, gerar empregos diretos e indiretos, contribuir para a redução do êxodo rural, e indiretamente com a questão da reforma agrária.

O importante é que gera ocupações complementares às atividades agrícolas, que continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidades. O turismo deve ser entendido como parte de um processo de agregação de valor aos produtos agrícolas e de valorização dos bens não-materiais existentes nas propriedades agrícolas, como a paisagem, ar limpo, etc.

### **3.1 O potencial do Estado de Minas Gerais para o desenvolvimento do turismo rural.**

Para se tecerem algumas considerações acerca da potencialidade do Estado de Minas Gerais para com o desenvolvimento do turismo rural, vale um breve comentário no que tange a formação histórica do Estado e a sua herança sócio-cultural.

A história de Minas Gerais teve seu prelúdio na exploração das minas de ouro e pedras preciosas, tendo seus traços mais fortes no Ciclo do Ouro, período iniciado em

1693, quando foram descobertas pequenas quantidades de ouro que logo revelaram toda a riqueza desta província.

Em busca do ouro e das pedras preciosas, Minas Gerais recebeu, a partir do século XVI, um grande fluxo migratório de diversas regiões do país, que atraídos pela riqueza das terras montanhosas do sudeste viam a possibilidade de um enriquecimento rápido. Dessa realidade, logo se formaram pequenos núcleos urbanos ao redor dos principais veios auríferos, e desse processo surgiram as cidades de Ouro Preto, Mariana, São João Del Rei, Diamantina, entre outras, que devido à riqueza do ouro constituíram-se como referência nacional na arquitetura, nas artes, na cultura.

Entretanto, no final do século XVIII, com o declínio da extração aurífera, o foco econômico regional do Estado foi aos poucos passando para outras atividades, principalmente para a produção cafeeira, iniciando um processo de valorização do meio rural, pois as grandes fazendas cafeeiras se tornaram o centro econômico e político do estado. Em decorrência desse processo histórico, Minas Gerais herda as tradicionais fazendas do período cafeeiro, que juntamente às principais cidades históricas do país, com seus complexos arquitetônicos do período colonial, transformaram esse Estado, em uma das mais importantes referências turísticas do país.

Com esse grande potencial turístico reunido, milhares de turistas, ano após ano, vêm conhecer as cidades que fazem o Estado de Minas Gerais reconhecido nacional e internacionalmente. Entretanto, não é somente para visitar as igrejas repletas de ouro, as obras de Aleijadinho, o casario colonial, etc... que o turista vem ao Estado; este também está à procura de um maior contato com o contexto rural, e nesse aspecto Minas Gerais oferece muitas alternativas que vão desde a região sul com suas fazendas de gado leiteiro e cafezais, até a região norte com fazendas de gado de corte.

Um exemplo dessa realidade, é um número cada vez maior de turistas que vêm revelando interesse, segundo OLIVEIRA (2003), em conhecer de perto os segredos da elaboração da autêntica cachaça artesanal<sup>28</sup> mineira, pois um universo cada vez maior de alambiques se descortinam aos olhos dos visitantes.

---

<sup>28</sup> Apesar de haver 48 maneiras de se fabricar a cachaça, é possível classificá-la em dois tipos: artesanal e a industrializada. A principal diferença entre as duas está no processo produtivo, na matéria prima utilizada e na velocidade de destilação. A cachaça industrializada geralmente é feita de uma mistura de melaço, subproduto do açúcar, e aguardente. Já a artesanal utiliza apenas o caldo da cana-de-açúcar. A fermentação no processo industrial se vale de aditivos químicos e dura poucas horas, ao contrário da artesanal. A industrializada é produzida em destiladores contínuos e não em alambiques, atingindo milhares de litros por dias de produção (GOUTHIER, 2001).

*“Atentas a essa demanda, operadoras de viagens nacionais, como a CVC, Tam Viagens e Varig Travel, estão oferecendo opções de pacotes para Minas que incluem visitas aos alambiques. Os tours são verdadeiros mergulhos no universo da produção da cachaça artesanal: dos canaviais, onde é colhida a cana-de-açúcar, passando pelo engenho, com as moendas, o processo de destilação, filtragem, armazenamento e, finalmente, envasamento. ... A aguardente sintetiza em muito as tradições mineiras – a questão da culinária, a cana-de-açúcar, os engenhos – e remete a um passado impregnado de mineiridade”... (OLIVEIRA, 2003:73).*

*“Em Minas Gerais a trajetória da cachaça começou no século XVII, época da corrida do ouro e da fundação de inúmeros lugarejos. O hábito de bebê-la já se tornava mais amplo chegando, inclusive, a ameaçar a aguardente do reino (a bagaceira). Assim, por Ordem Régia de 12 de junho de 1743, os engenhos foram proibidos na Capitania de Minas, por serem considerados prejudiciais ao consumo da água ardente do Reino e à mão-de-obra escrava que deveria dedicar-se somente à extração do ouro. Mas, a população reagiu e, sob o pretexto de fabricar o açúcar, continuou produzindo a aguardente proibida. Além disso, fiscalizar as fazendas ao longo dos difíceis caminhos de Minas parecia impossível” (GRAVATÁ, 1999 :13).*

Ainda dentro desta perspectiva de valorização do potencial turístico, vale destacar que, é o Estado de Minas Gerais que detém atualmente, conforme MATTOS et al (1997), o maior número de empreendimentos voltados para as atividades turísticas no espaço rural, pois vem oferecendo diversos produtos relacionados com a agropecuária, enriquecidos pela arquitetura de suas antigas fazendas e cidades históricas, além de serras, trilhas, pousadas, restaurantes, cachoeiras, artesanatos, entre outros. Quanto ao artesanato mineiro, é importante destacar a sua relevância cultural, onde a sua originalidade está estampada nas pedras semi-preciosas, nos tapetes de arraiolo, nas esculturas de pedra sabão, metal, madeira, pinturas em vidros, porcelanas, tecidos e fios, que estão espalhadas por todo o Estado. Outro atrativo do Estado é o folclore que se expressa através de datas religiosas, festas juninas, rodeios, vaquejadas e exposições agropecuárias. É claro que não se pode esquecer, de acordo com o referido autor, da comida típica mineira, cujas receitas são temperadas com influências portuguesas, africanas e indígenas. O resultado é uma comida saborosa que faz parte da tradicionalidade mineira, como feijão tropeiro, frango ao molho pardo, carne de panela, costelinha e lombo de porco com tutu e feijão, arroz de forno, angu com quiabo, broa de fubá, goiabada com queijo, doce de leite e o famoso pão de queijo. A cultura mineira também se expressa pela dança: pelo Batuque, Coco, Quadrilha, Arrasta Pé, Catera,

Contra-dança, Vai de Roda, Pau de Fita, Roda de Adultos, Dança da Peneira, Lundu, Caxambu, Catango, Maculelê etc.

Minas Gerais também apresenta grandes alternativas relacionadas às belezas naturais podendo citar, dentre outros, os parques florestais do Rio Doce, do Ibitipoca, o Parque Nacional do Caparaó, as estâncias hidrominerais localizadas em São Lourenço, Caxambu, Araxá e Poços de Caldas, que encantam seus visitantes por suas grutas, cachoeiras, lagos, etc....e ao longo dos anos vem recebendo um intenso fluxo de turistas em busca de aventura, descanso e lazer.

Na verdade, como todos os outros Estados brasileiros, Minas Gerais também sofreu os reflexos do processo de industrialização, tendo como consequência o êxodo rural e o desenvolvimento das cidades. Atualmente, com o progresso exacerbado, vem ocorrendo o rebaixamento do nível de qualidade de vida nos grandes centros urbanos e, em decorrência, a retomada do setor rural através da demanda turística e da oferta por parte dos proprietários rurais que vêm o turismo rural como uma nova alternativa de renda.

Vale ressaltar que, a atuação de algumas organizações, segundo MATTOS et al (1997), estão sendo essenciais para o seu desenvolvimento em Minas Gerais, dentre elas: EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, a SEAPA - Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a TURMINAS – Empresa Brasileira de Turismo em Minas Gerais, o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Minas Gerais, a AMETUR – Associação Mineira das Empresas de Turismo Rural, a ABRATUR – Associação Brasileira de Turismo Rural, o SENAC - Serviço nacional de Aprendizagem do Comércio, a AMPAQ - Associação Mineira dos Produtores de Aguardente de Qualidade e a Coocachaça – Cooperativa dos Produtores de Cachaça.

### **3.1.2. O Circuito da Cachaça**

Verificando o item anterior, observa-se o esforço de algumas instituições no sentido de alavancarem o turismo rural no Estado de Minas Gerais. Dentre estas, vale aqui destacar o trabalho da Coocachaça e da AMPAQ, que ao longo dos anos, vem atuando, no intuito de promover a cachaça artesanal de Minas, colocando-a em lugar de destaque entre as bebidas nacionais e internacionais.

*“Há anos estamos gastando saliva, cachaça e dinheiro para tirar a bebida do chão da terra, dos botecos e levá-la aos espaços mais nobres. Só agora os*

*produtores e consumidores parecem estar vendo o destilado com outros olhos, salienta o presidente da Associação Mineira dos Produtores de Aguardente de Qualidade. .... lá fora, já é considerada pela Associação Internacional dos Bartenders um dos melhores coquetéis do mundo. A revista inglesa Drinks Internacional, a bíblia dos produtores de bebidas, foi além e a classificou como uma das dez mais famosas misturas do planeta....” (Informação Verbal / GUIMARÃES, 2003).*

Com sede em Belo Horizonte, e com respectivamente quatorze e cinco anos de existência, a AMPAQ e a Coocachaça têm por finalidade agregar valor à cachaça de Minas, divulgá-lo no Brasil e no exterior e orientar os produtores prestando assistência (assessoria) técnica e jurídica aos associados, amparando-os com seus interesses perante os poderes públicos. Para tal, vem desenvolvendo trabalhos como a realização de feiras da cachaça, edição de livros com orientações técnicas para o produtor, promoção de cursos sobre a produção da cachaça no processo artesanal otimizado, campanhas publicitárias de divulgação do produto e criação do selo de qualidade AMPAQ, que através de seus laboratórios analisa e julga a qualidade do produto. Para atingir seus objetivos, a Coocachaça e a AMPAQ tem contado com o apoio de alguns órgãos como a Agência de Promoção de Exportação (APEX), a EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), o Instituto Brasileiro de Cachaça Artesanal (IBCA), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER/MG) e a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA).

Dentro da perspectiva de valorização da cachaça, a AMPAQ, a Coocachaça, a EMATER/MG e a APEX, aproveitando os esforços dos produtores da cachaça artesanal, do governo de Minas Gerais e o Ministério de Esportes e Turismo, decidiram, em 1998, criar e apresentar os muitos caminhos em Minas Gerais que misturam alambiques de qualidade e beleza natural. Graças a este trabalho conjunto, surge um projeto inédito: o Circuito da Cachaça.

*O Circuito tenta mostrar que, nos arredores da capital mineira há uma produção de cachaça de alta qualidade. Os produtores mineiros sabem receber com generosidade os visitantes e gostam de mostrar todo o processo de sua produção, com o máximo de detalhes. Vários trajetos podem ser traçados bastando, para isto, um mapa do Estado com os principais produtores e disposição para contemplar uma natureza generosa e uma rica história em detalhes, especialmente do século XVIII e XIX. De quebra, doces para apreciar a qualidade da cachaça artesanal. Mas, de uma coisa eles não abrem mão: manter bem guardados os segredos que dão o toque especial à mais brasileira das bebidas.” (GOUTHIER, 2001).*

Conforme a referida autora segue na Figura 2 o mapa dos principais municípios produtores de cachaça no Estado de Minas Gerais, e, na Tabela 1, segundo a AMPAQ e

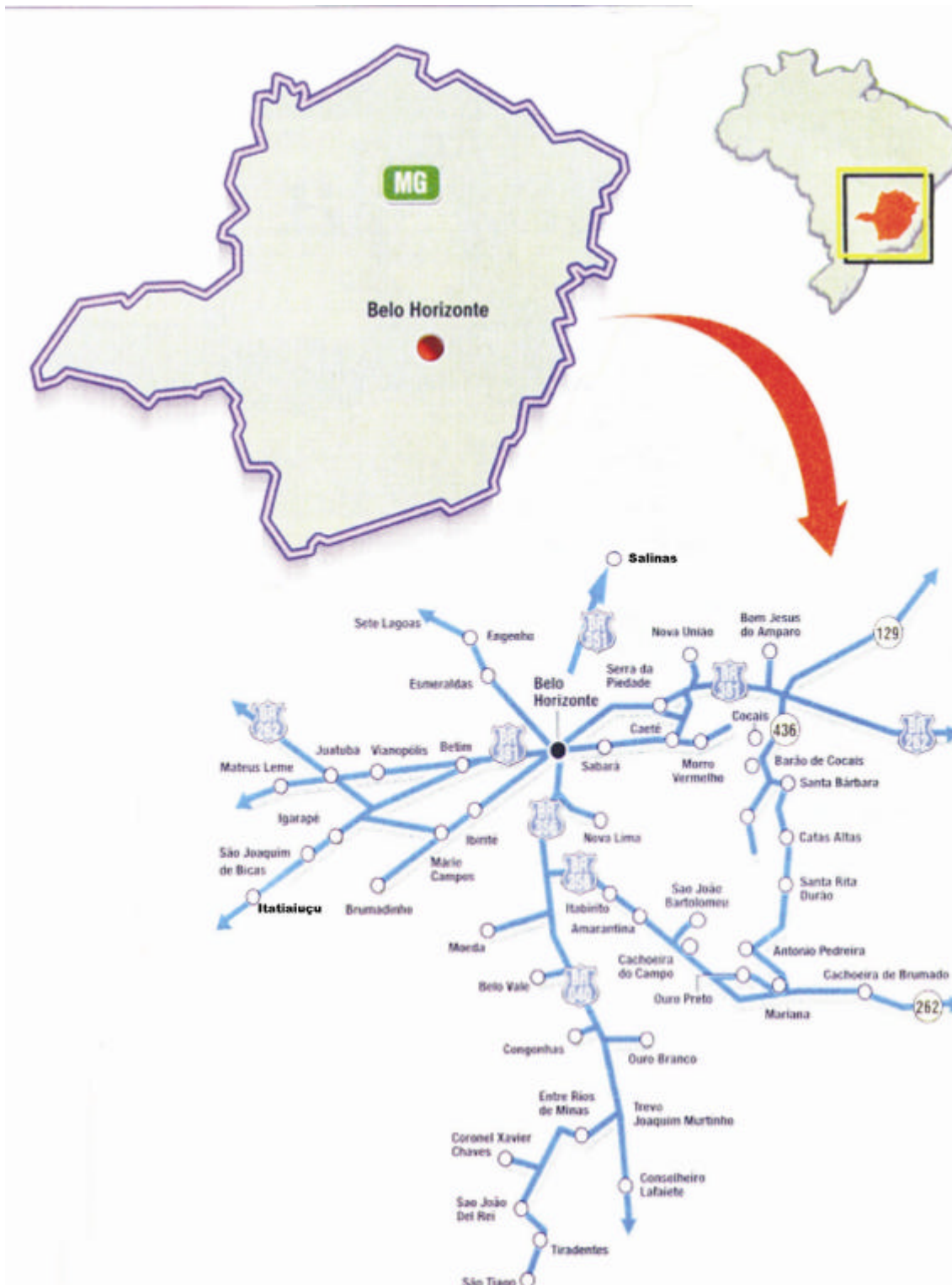
a Coocachaça, a relação dos principais produtores de cachaça de qualidade também inseridos neste mesmo Estado.

Tabela 1: Principais produtores de cachaça de qualidade do Estado de Minas Gerais

<b>Municípios</b>	<b>Cachaças</b>	<b>Produtores</b>
Sabará	Jotapê	José dos Santos Pintos
Mariana	Curral Velho	Élcio Fábio Soares
Ouro Preto	Milagre de Minas	Cida Zurlo
Coronel Xavier Chaves	Boa Vista	Rubem Chaves
Sete Lagoas	Macucana Isaura	Rogério de Melo Luiz Cláudio Cury
Betim	Cana Verde Vale Verde	Osvaldo Flaviano dos Santos Luiz Otávio Possas
Moeda	Boa Vitória	Roberto Navarro
Belo Vale	Rainha do Vale	Márcio Vieira de Moura
Nova União	Germana	Henrique Caetano Pinto
Brumadinho	Saideira	Carlos Cleber Júnior
Entre Rios de Minas	Topázio	Breno de Melo Ferreira
Amarantina	Gota de Minas	Sérgio Bambirra
Itatiaiuçu	Monte Alvão Catuetê	Manoel Teixeira Luiz Resende
Salinas	Santiago Seleta e Boazinha Lua Cheia	Anísio Santiago Antonio Eustáquio Rodrigues João Fernandes Sobrinho
Santa Luzia	Quinta do Coqueiral	Fernando de Moura Costa

Fonte: AMPAQ e Coocachaça / 2003.

Figura 2: Mapa dos principais municípios produtores de cachaça do Estado de Minas Gerais.



Fonte:Gouthier/2001

#### **4. OS AGRICULTORES FAMILIARES DO CIRCUITO DA CACHAÇA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE.**

Neste capítulo, apresentar-se-ão os dados que foram coletados nas propriedades Saint'Etienne, Vista Alegre, Jotapê e Cana Verde. Para facilitar o entendimento, bem como para fornecer uma melhor organização, estes serão assim discutidos:

- Primeiramente, far-se-á uma breve apresentação das cachaças, bem como das famílias e das propriedades investigadas. Vale ressaltar que, neste primeiro item, a pesquisadora se fundamentará, principalmente, nos dados coletados através das conversas informais e observação direta.
- no segundo momento, uma análise das principais características identificadas na pesquisa e,
- por fim, uma análise geral das atividades produtivas; atividades agrícolas e não-agrícolas associadas à produção da bebida.

#### **4.1 Apresentação das cachaças, das famílias e das propriedades produtoras da bebida.**

**Cachaça: Jotapê**

**Município: Sabará**

**Produtor: José dos Santos Pinto**

**Estabelecimento: Sítio do Jotapê**

A descoberta do ouro às margens do Rio das Velhas, no final do século XVII, pelo bandeirante Borba Gato, deu início ao processo de povoamento da cidade de Sabará. Hoje, o município possui 114.557 habitantes, sendo que 97,68% estão na área urbana e 2,32% estão na área rural (DESCUBRAMINAS, 2003) e ainda preserva monumentos do tempo colonial, com construções que misturam riqueza e simplicidade.

É dentro desta perspectiva histórica que Sabará sempre teve uma importante identificação com a produção da cachaça, que remonta os tempos dos bandeirantes. É tentando recuperar esta tradição da cidade, que a família do aposentado José dos Santos Pinto produz cachaça artesanal, em uma propriedade na região serrana de Sabará. A história desta cachaça começou no final da década de 80, mas especificamente em 1987, em um sítio da família distante a 10 km do centro histórico da cidade.

Tendo percebido as excelentes condições do clima, a pouca aptidão agrícola da região para consolidar uma agricultura competitiva, a qualidade da água e observando as moitas de cana-de-açúcar de fundo de quintal utilizadas como adubo orgânico para a sua horta, o pioneiro horticultor do distrito de Pompéu, José dos Santos Pinto, daí o nome de Jotapê, com a ajuda da sua família, iniciou o plantio dos primeiros canaviais e comprou um alambique com o propósito de produzir uma boa cachaça artesanal, que de fato recuperasse na região a tradição da velha pinga mineira.

Plantando verduras, legumes e hortaliças desde os sete anos de idade, José dos Santos Pinto, há dezesseis anos atrás, começou a fabricar a Cachaça Jotapê (Foto 1). Como não sabia as técnicas para se produzir uma boa cachaça, o aposentado, hoje com 73 anos, procurou a Universidade Federal de Viçosa. Nesta instituição aprendeu os princípios básicos do funcionamento de um alambique. “Não é difícil, desde que se tenha higiene, do contrário, desanda tudo”, explica Jotapê, que produz normalmente de agosto a novembro, por causa do clima ameno da serra. Ele define seu produto, como o tipo padrão da caninha mineira. “Não arde exageradamente e não tem gosto acentuado de madeira. É um ótimo digestivo.” Para não dar prejuízo, Jotapê envelhece sua cachaça no máximo um ano e a armazena em tonéis de Jequitibá (Foto 2).



Foto 1: Cachaça Jotapê

Autor(a): Karina L.C. fev/2004

A propriedade da família possui 5 hectares que foram adquiridos pelo próprio Jotapê, que se orgulha em dizer para qualquer curioso que apareça na propriedade: “comprei minha terra com suor de meu trabalho, aqui não tem nada de herança”. Atualmente a propriedade está dividida entre o alambique, a horta (Foto 3), o restaurante com capacidade para cento e cinquenta pessoas (Foto 4), a residência da família e o canavial que ocupa uma área de 3 hectares.

Devido à escassez de terras, a família do aposentado decidiu, nos últimos anos, pelo arrendamento de terras de terceiros, de tal forma que a sua família pudesse ampliar a produção da bebida. Assim, arrendou-se mais 5 hectares que segundo o proprietário ainda não são suficientes para se produzir os 30 mil litros de cachaça, que é atualmente a capacidade anual de seu alambique. Entretanto, para suprir esta demanda, a família tem investido na compra de cana-de-açúcar de pequenos agricultores próximos à propriedade.

A família do Jotapê é também pouco afeita às inovações tecnológicas, utilizando-se de técnicas no processo produtivo que não demandam produtos químicos e maquinários avançados. Para o preparo do solo no canavial, os insumos utilizados são: bagaço da cana e vinhoto, produtos orgânicos que são substratos do processo de fabricação da cachaça. Para arar as terras utiliza-se um mini trator, mas ainda é presente a utilização de arado movido à tração animal.



Foto 2: Área de envelhecimento da cachaça Jotapê e ao fundo Bar e Restaurante Jotapê.

Autor: Karina L. C. fev/2004



Foto 3: Vista parcial da horta da propriedade Jotapê

Autor(a): Karina L.C. fev/2004

A renda principal da família é originada da produção da cachaça. Essa atividade juntamente com o restaurante da família é responsável por absorver a maior parte da mão-de-obra familiar. O restaurante é de arquitetura simples, seguindo os padrões da adega e do alambique. A sua comida é típica da culinária mineira, é

preparada no fogão a lenha (Foto 5) e utiliza panelas de pedra e barro. São quinze variedades de comida mineira, a maioria temperada com cachaça.



Foto 4: Vista parcial do restaurante Jotapê

Autor(a): Karina L.C. fev/2004



Foto 5: Fogão a lenha do restaurante Jotapê

Autor(a): Karina L.C. fev/2004

**Cachaça: Germana**  
**Município: Nova União**  
**Produtor: Henrique Caetano Pinto Neto**  
**Estabelecimento: Fazenda Vista Alegre**

A cidade de pouco mais de cinco mil habitantes e distante 55 quilômetros da capital mineira, passaria despercebida se não fosse um grande produtor de bananas e se ali não fosse produzida a Cachaça Germana (GUIMARÃES, 2003/ Informação Verbal).

A Germana nasceu do investimento de dez irmãos, que herdando uma propriedade de 360 hectares queriam alocar a numerosa mão-de-obra familiar, investir na fazenda em que nasceram e montar um negócio. Aproveitando o alambique construído pelo pai, aprimoram a bebida e hoje vivem principalmente da venda do destilado.

A primeira alambicada da Cachaça Germana (Foto 6), saiu em 1984, com uma produção modesta de pouco mais de dez mil litros de cachaça por ano. Dezesesseis anos mais tarde, os irmãos Pinto deixaram de vender a granel, atingiram o volume de 60 mil litros por safra e conseguiram fortalecer a marca no mercado.

*“Atualmente, é uma das caninhas servidas em serviços aéreos nacionais e internacionais. Fizemos a cachaça sair da senzala, deixou de ser pura tradição para se profissionalizar. A embalagem também é um diferencial da nossa cachaça sobre as demais marcas, envolvendo a sua garrafa, palha de banana (Foto 7). A técnica de embalar garrafas para viagens longas no lombo do cavalo era utilizada pelos tropeiros, que ficavam na estrada dias devido à precariedade dos caminhos utilizados, e por estes comercializarem em locais de difícil acesso. Meu pai era especialista em empalhamento, saía de Nova União para trocar queijo, rapadura e cachaça por outros produtos em Caeté e Belo Horizonte. Com isso resolvemos utilizar a técnica de papai e desde o primeiro Festival da Cachaça de Sabará, em 1985, começamos a vender a caninha embrulhada na palha. Além de proteger a garrafa, a bebida fica protegida da luz, conservando seu teor alcoólico”. (Informação Verbal / produtor Henrique Caetano Pinto Neto de 32 anos).*

Outra utilidade da palha de bananeira juntamente com o vinhoto e o bagaço de cana-de-açúcar é servir de adubo orgânico no processo de preparação do solo. O produtor Henrique enfatizou que na propriedade não se utiliza fertilizantes e agrotóxicos, o único produto químico utilizado é o calcário, em pequenas quantidades e com intuito de se corrigir o solo.



Foto 6: cachaça Germana

Autor(a): Karina L.C. fev/2004



Foto 7: Empalhamento da cachaça Germana c/ palha de banana. Autor(a): Karina L.C. fev/2004

Para arar o solo, a família lança mão de arado de tração animal e de um mini trator, o que segundo o produtor é ineficiente devido ao tamanho da propriedade. A área da propriedade é ainda utilizada por terceiros, pois a família, não encontrando uma forma de explorar todo o estabelecimento, decidiu por estabelecer contratos de arrendamento, que se dão pelo pagamento em espécie e também com a transferência dos arrendatários de parte da sua produção agrícola.

Recentemente, após visitas a alambiques da França e da Escócia, a família vem investindo em tecnologia. A tradicional cachaça branca ficou levemente amarelada e é envelhecida de 18 a 24 meses, passando por dornas de carvalho queimado e armazenada em tonéis de Bálamo. O plano da família, segundo Henrique, é aumentar consideravelmente a produção, já tendo sido providenciada a ampliação da área plantada da cana, que hoje é de vinte e cinco hectares. A segunda fase é a reestruturação do alambique existente e para tal, um novo engenho (Foto 8) com capacidade superior já foi adquirido, bem como novas dornas que armazenam 70% a mais de cachaça em fermentação do que as existentes anteriormente. Por fim, a estruturação necessária para que o alambique possa trabalhar em dois turnos, que implica na contratação de novos trabalhadores e melhorias no suporte da produção. Com essas modificações pretende-se alcançar a produção de 300 mil litros de cachaça/ ano.

Satisfeitos com a decisão de investir em cachaça e recentemente no turismo, os dez irmãos ainda esperam por um faturamento maior.

*“Uma reserva especial, envelhecida dez anos, está sendo cuidadosamente preparada para sair no mercado. Tudo idéia da nossa família, que não se cansa de trabalhar junta e receber visitas no alambique. Sempre tivemos muita companhia, juntam os irmãos, suas mulheres e maridos, filhos e amigos. A fazenda nunca fica vazia, pois fazemos questão de mostrar as instalações da Germana para qualquer turista que apareça na fazenda.”(Informação Verbal / produtor Henrique Caetano Pinto Neto).*

**Cachaça: Cana Verde**

**Município: Betim**

**Produtor: Osvaldo Flaviano dos Santos**

**Nome do Estabelecimento: Cana Verde**

Numa região em que as maiores atrações são as montadoras de automóveis e as fábricas de autopeças, as cachaças de Betim conseguem agradar até os executivos que trabalham na região. Uma das mais antigas delas é a Cachaça Cana Verde, com mais de 22 anos de tradição (GUIMARÃES, 2003/ Informação Verbal).

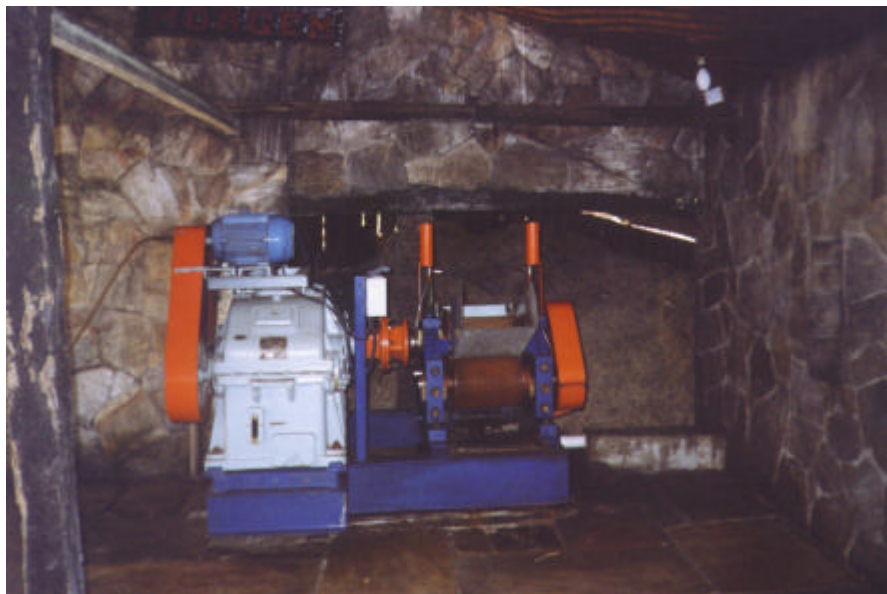


Foto 8: Novo engenho da propriedade Vista Alegre adquirido pelos irmãos Pinto

Autor(a): Karina L.C. fev/2004

A cachaça Cana Verde (Foto 9) é produzida em uma propriedade familiar de 3 hectares, sendo um hectare e meio de área plantada de cana e o restante da área é ocupada pelo alambique, residência e o restaurante da família (Foto 10), que tem atualmente capacidade para cento e sessenta pessoas, onde o turista pode saborear os diversos pratos típicos da culinária mineira. O estabelecimento que foi recebido pela família Santos, por meio de herança, está localizado às margens da BR 381, que liga a capital mineira à cidade de São Paulo.

O processo de produção da cachaça Cana Verde é totalmente natural, não utilizando produtos químicos em nenhuma das etapas da fabricação da bebida. Na aragem da terra para o cultivo da cana-de-açúcar os proprietários utilizam um mini trator, e no preparo do solo para plantio, vinhoto e bagaço como adubos orgânicos. Na fermentação da bebida utiliza-se de fubá de milho torrado e farelo de arroz. Para garantir a sua qualidade, o produto é também filtrado em filtros de celulose para lhe conferir o mais alto padrão de pureza, salienta o produtor Osvaldo Flaviano dos Santos, um dos proprietários do estabelecimento, que diz ter investido na produção da bebida como uma forma de alocar o trabalho familiar, e também devido a pouca aptidão agrícola da sua região para o desenvolvimento de uma agricultura competitiva.



Foto 9: Cachaças produzidas na propriedade Cana Verde: Cana Verde 600 ml, Trem de Minas 600 ml, Cana Verde 150 ml, Trem de Minas 150 ml.

Autor(a): Karina L.C. fev/2004



Foto 10: Restaurante da propriedade Cana Verde. Um dos clientes se servindo dos pratos típicos da culinária mineira.

Autor(a): Karina L.C. fev/2004

Alambicando o destilado como os antigos sempre fizeram, em ambiente rústico, o alambique de cobre (Foto 11) da família tem capacidade de 1200 litros. A cachaça é engarrafada no estabelecimento para um melhor acompanhamento da produção, visando garantir a qualidade da bebida. Entretanto, o plantio da cana-de-açúcar é também realizado fora da propriedade, devido ao pequeno tamanho do estabelecimento, onde já se fez necessário o arrendamento de mais 03 hectares de terras para esse fim, bem como a compra desta matéria prima de pequenos agricultores familiares da região.



Foto 11: Aparelho destilador de cobre da propriedade Cana Verde.

Autor(a): Karina L.C. fev/2004

A história da Cachaça Cana Verde pode ser considerada como um exemplo de negócio passado de pai para filho. Em sua terceira geração, ela ainda continua sendo produzida com as mesmas técnicas de antigamente, mas, hoje em dia, são duas diferentes cachaças produzidas na propriedade: a branca e a amarela, cinco embalagens diferentes e alguns derivados da bebida. Atualmente, para assegurar a produção da bebida, que hoje é a principal fonte de renda e ocupação da família, utiliza-se da contratação de mão-de-obra externa.

**Cachaça: Saideira**  
**Município: Brumadinho**  
**Produtor: Carlos Cleber Júnior**  
**Nome do Estabelecimento: Fazenda Saint'Etienne**

A cidade de Brumadinho distante 53 quilômetros da capital mineira e com uma população de 26.607 habitantes, reúne em seu território a maior destilaria artesanal de bebida alcoólica do mundo – Boa Vitória que produz 1 milhão de litros de cachaça/ano – e o mais jovem produtor de cachaça de qualidade de Minas Gerais: Carlos Cléber Júnior, produtor da cachaça Saideira. (GUIMARÃES, 2003/ Informação Verbal/).

Aos 18 anos de idade, Carlos, com a família, decidiu abandonar a criação de gado e recuperar a tradição dos seus antepassados: “Não sabíamos o que fazer com tanta cana-de-açúcar, fomos nas origens e apostamos tudo na cachaça”, conta. Hoje, na propriedade de 50 hectares adquirida por meio de herança e compra de terceiros, a dois quilômetros do centro de Brumadinho, a família utilizando-se de uma área de 12 hectares para o plantio de cana-de-açúcar, produz 70 mil litros de cachaça Saideira por ano (Foto 12).



Foto 12: Fogão a lenha da pousada Saint'Etienne e as quatro diferentes embalagens da cachaça Saideira.

Autor(a): Karina L.C. fev/2004



Foto 13: Alambiques da cachaça Saideira. Ao lado de um dos alambiques, Sr. Paulo, um dos funcionários responsável pela produção da bebida.

Autor(a): Karina L.C. fev/2004

Mantendo a tradição, a família utiliza práticas agrícolas simples, como a capina e a colheita manual da cana-de-açúcar. Para o preparo do solo, o mini trator é a ferramenta utilizada, o bagaço da cana-de-açúcar e o vinhoto são amplamente utilizados como adubos orgânicos, e em pequenas quantidades, somente para correção do solo, calcário e fosfato.

Para a produção anual da cachaça Saideira, o tamanho da propriedade da família é mais que suficiente. As terras que não são utilizadas pelos proprietários são arrendadas para terceiros, e o pagamento se dá através de produtos agrícolas e em espécie.

Além de comandarem o alambique (Foto 13) que é a principal fonte de renda da família, nos últimos anos, para impulsionar o negócio, a família tem investido no turismo rural, através da implantação de uma pousada (Foto 14 e 15) com capacidade para dezesseis pessoas, que possibilita a família divulgar a sua cachaça, conta Cléber.



Foto 14: Vista parcial da sede da Pousada Saint'Etienne  
Autor(a): Karina L.C. fev/2004



Foto 15: Vista parcial da área de lazer da pousada Saint'Etienne. Ao fundo e à esquerda, aonde estão localizadas as 5 suítes da pousada; à direita, a área aonde são servidas as refeições do estabelecimento com fogo a lenha e churrasqueira, e, logo à frente, a piscina do respectivo estabelecimento. Autor(a): Karina L.C. fev/2004

#### **4.1.1 Análise das principais características identificadas**

A partir dos dados coletados através da aplicação dos questionários, observa-se que, em relação às dimensões das propriedades investigadas, tratam-se de

estabelecimentos de pequeno para médio porte. Como evidenciados no item anterior, as propriedades Cana Verde, Jotapê e Saint'Etienne têm, respectivamente, 3, 5 e 50 hectares. O único estabelecimento que destoa em termos de tamanho, quando comparado às propriedades supracitadas, é a propriedade Vista Alegre com 360 hectares de terras. Contudo, ressalta-se que esta desproporção se deve, conforme relatado por um dos proprietários do estabelecimento, pela opção dos herdeiros de não desmembrarem a propriedade após o falecimento do patriarca, devido a vontade dos mesmos de trabalharem em família. Desta forma, considerando-se o número elevado de membros (10 irmãos), ver-se-á que a parte da propriedade que deveria pertencer a cada herdeiro, a classifica na categoria de pequeno para médio porte, como os demais estabelecimentos.

Os dados ainda revelaram que o apego familiar às terras nas quatro propriedades é grande, pois nenhuma das famílias tem as terras para especulação imobiliária, nem para atividades de lazer, mas a possuem para o cultivo e produção de bens e produtos. Esta inclinação afetuosa, no caso das propriedades Saint'Etienne, Vista Alegre e Cana Verde, justifica-se pelo fato de as terras serem frutos de herança, e, conforme relatado nas entrevistas, existe uma grande identificação sentimental. No caso da propriedade Jotapê, o afincamento ao estabelecimento se dá pela ligação do patriarca com o meio rural, bem como a sua vivência na propriedade e que se tornou a residência de sua família. Entretanto, ressalta-se que a grande afeição às propriedades investigadas não inviabiliza os seus proprietários de arrendá-las para terceiros, pois observa-se que entre as propriedades (Vista Alegre e Saint'Etienne) de maiores dimensões é presente esta prática, que vem se constituindo para os proprietários em fontes alternativas de renda. Já nas propriedades Cana Verde e Jotapê, ocorre o processo inverso, justamente pela escassez de terras, e as famílias arrendam áreas de terceiros para viabilizarem o processo produtivo da bebida.

Em relação ao plano tecnológico, a pesquisa revela que as famílias são pouco dependentes de insumos externos, visto que entre os produtores investigados predominam as lógicas familiares, evidenciadas pela utilização de práticas agrícolas rudimentares e respaldadas pelas experiências adquiridas. De forma prática, este fenômeno pode ser observado no próprio processo de fermentação da cachaça, onde cada família tem a sua "forma" de fazer o destilado. E, ainda, no processo produtivo da cana-de-açúcar, onde constatamos que o uso de adubos químicos é irrisório, predominando a adubação orgânica, pois o vinhoto e o bagaço da cana foram apontados como os principais adubos utilizados na fertilização dos solos. No caso exclusivo da

propriedade Vista Alegre, a família também utiliza a palha da bananeira e o esterco de curral. Para arar as plantações, além de mini trator, são ainda presentes nas propriedades Jotapê e Vista Alegre arados movidos à tração animal.

No que tange aos trabalhos realizados nas propriedades, a maioria dos membros está envolvida (vide Tabela1), entretanto, faz-se necessário a utilização de mão-de-obra externa, que se dá através de assalariamento permanente ou temporário. A atividade da cachaça é uma atividade sazonal, embora demande, durante todo o ano, cuidados especiais. Isto justifica a demanda em todas as quatro propriedades por mão-de-obra temporária que trabalhe no plantio, corte e moagem da cana, principalmente nos períodos em que a cachaça é produzida. No caso da mão-de-obra permanente, observa-se que as propriedades mantêm ocupações mais relacionadas à manutenção da qualidade da bebida, como também à conservação da propriedade. Todos os estabelecimentos citaram a função de zelador, alambiqueiro e moedor de cana como essenciais durante todo o ano. A função de zelador é importante pela necessidade de manutenção geral dos estabelecimentos. No caso dos moedores de cana e alambiqueiros, a permanência é justificada pela necessidade de acompanhamento do processo produtivo da cachaça, isto é, desde o plantio, passando pela seleção da cana que atenda as especificações do padrão da bebida, até a alambicagem.

Ainda dentro dessa perspectiva, vale ressaltar que o turismo rural vem gerando novas ocupações, imagináveis em um passado recente para o meio rural, como cozinheiro (as), garçons e ajudantes de cozinha, pois no caso das propriedades Cana Verde e Jotapê, estas se tornam essenciais nos restaurantes familiares existentes nestas propriedades. Também pela atividade do turismo, as propriedades necessitam, eventualmente, de garçons, cozinheiros e seguranças, para viabilizarem a promoção de eventos, que têm por objetivo a divulgação de seus estabelecimentos como pontos turísticos.

Quanto à absorção da mão-de-obra familiar, a pesquisa apontou também para a criação de novas ocupações, principalmente relacionadas ao turismo (vide tabela 1), que hoje proporciona aos membros das famílias funções como gerente de restaurante, chefe de cozinha, caixa, guias, camareira e promotor de eventos. Dessa forma, observa-se que as famílias não voltam suas forças somente para atividades agrícolas, embora estas ainda ocupem um expressivo lugar no cotidiano familiar. Nessa nova realidade, desenvolvem atividades em um plano tático-estratégico, pensando em como melhorar a

produtividade, criação de novos produtos, como inserir os produtos no mercado, entre outros.

Para melhor se visualizarem as ocupações, como também os seus respectivos ocupantes nas propriedades Saint'Etienne, Vista Alegre, Jotapê e Cana Verde, apresentar-se-á, a seguir, a Tabela 2.

Tabela 2: Ocupações nas propriedades Saint'Etienne, Jotapê, Vista Alegre e Cana Verde.

Variáveis	Propriedades			
	Cana Verde	Jotapê	Saint'Etienne	Vista Alegre
n.º de trabalhadores permanentes (anual)	12	6	2	22
n.º de trabalhadores temporários (anual)	7	9	5	14
Ocupações ligadas à produção de cachaça dos trabalhadores permanentes	Moedor de cana e alambiqueiro	Moedor de cana e alambiqueiro	Alambiqueiro	Alambiqueiro, moedor de cana, auxiliar de produção, engarrafador, motorista e empalhador.
Outras ocupações rurais não-agrícolas dos trabalhadores permanentes	Cozinheira e garçom	Cozinheira e ajudante de cozinha	Não possui ocupações rurais não-agrícolas ligadas aos trabalhadores permanentes	Não possui ocupações rurais não-agrícolas ligadas aos trabalhadores permanentes
Ocupações rurais agrícolas dos trabalhadores temporários	Plantador, cortador de cana e capineiro	Plantador, cortador de cana e capineiro	Plantador, cortador de cana e capineiro	Plantador, cortador de cana e capineiro.
Outras ocupações rurais agrícolas dos trabalhadores temporários	Zelador (limpeza em geral)	Zelador (limpeza em geral).	Zelador (limpeza em geral)	zelador (serviços gerais)
Ocupações rurais não-agrícolas dos trabalhadores temporários	Cozinheira, faxineira, garçom e moedor de cana	Garçom, faxineira e moedor de cana	Moedor de cana	Auxiliares de eventos e moedor de cana
n.º de familiares	8	8	4	19
n.º de familiares que trabalham na propriedade	7	5	3	10
n.º de familiares ocupados com a produção de cachaça	5	2	2	6
n.º de familiares ocupados com o turismo rural	2	3	3	10
Familiares ocupados com o turismo rural	Filha e genro	Esposa, filha e genro	Pai, filho e filha	Filhos e filhas
Ocupações exercidas pelos familiares no turismo	Caixa, chefe de cozinha e serviços gerais	Chefe de cozinha, caixa, cozinheira e serviços gerais.	Cozinheiro, camareira e jardineiro	Guias e promotor de eventos
Ocupações exercidas pela mão de obra externa no turismo	Cozinheira, garçom e faxineira	Cozinheira, garçom e faxineira	Não possui estas ocupações	Cozinheira, segurança, recepcionista, garçom, faxineira e copeiro.

Fonte: Dados da pesquisa

No que tange ainda a Tabela 2, observa-se que nas propriedades Saint’Etienne, Jotapê e Vista Alegre, o número de familiares envolvidos com turismo rural é superior ao de membros ocupados com a produção de cachaça, o que reforça a importância dessa atividade na absorção da mão-de-obra familiar. Outro fato observado, é a ocorrência de acúmulo de atribuições por parte de alguns membros das famílias, isto é, nos estabelecimentos Vista Alegre e Saint’Etienne a mão-de-obra familiar não é dividida por atividade como ocorre nos estabelecimentos Cana Verde e Jotapê, onde quem trabalha com turismo não acumula responsabilidades na produção da cachaça, e vice-versa. Na verdade, nas propriedades Vista Alegre e Saint’Etienne, alguns familiares trabalham tanto com o turismo, como com a produção de cachaça e isto comprova, conforme destacado no capítulo 3, que o turismo rural é uma atividade viável mesmo que nas propriedades existam outras atividades produtivas.

Já no que diz respeito aos faturamentos médios familiares (vide Tabela 2), vale destacar que, em todos os estabelecimentos investigados, é a produção da cachaça que aparece como atividade principal. Conforme os entrevistados, a comercialização da bebida representa mais da metade das receitas dos quatro estabelecimentos. Em decorrência dessa realidade, observa-se que as atividades agropecuárias para fins comerciais passam a ocupar uma posição de segundo plano para as famílias analisadas, pois estas são facilmente substituíveis em vista das necessidades do produtor, que ocupa as áreas da propriedade de acordo com o que lhe proporciona maior lucro. Para melhor se visualizar o faturamento médio das famílias nas propriedades Saint’Etienne, Vista Alegre, Jotapê e Cana Verde, apresentar-se-á a Tabela 3.

Tabela 3: Faturamentos médios das famílias nas propriedades Saint’Etienne, Vista Alegre, Jotapê e Cana Verde.

<b>Propriedades</b>	<b>Jotapê</b>	<b>Vista Alegre</b>	<b>Saint’Etienne</b>	<b>Cana Verde</b>
Faturamento médio em salários mínimos.	30 – 40 s.m /mês.	Acima de 40 s.m/mês.	20 – 30 s.m/mês.	30 – 40 s.m/mês
Faturamento médio da produção agropecuária	1 – 10 s.m/ mês	1 – 10 s.m/mês	Não tem produção agropecuária com fins lucrativos.	Não tem produção agropecuária com fins lucrativos.
Faturamento médio da produção da cachaça	10 – 20 sm/ mês	Acima de 40 s.m/mês	20 – 30 s.m/ mês	20 – 30 s.m/mês
Custo médio da	Não sabe	Acima de 40	5 – 10 s.m/ mês	10 – 20 s.m/mês

produção de cachaça		s.m/mês		
Custo médio da produção agropecuária	Não sabe	Não sabe	Não tem produção agropecuária	Não tem produção agropecuária
Fonte de renda principal	Cachaça	Cachaça	Cachaça	Cachaça
Faturamento com o turismo rural	Incrementa 20% - 30% p/ ano	Incrementa 2% - 10% p/ano	Incrementa 11% - 20% p/ano	Incrementa 20% - 30% p/ano

Fonte: Dados da pesquisa

O que também se pode inferir a partir dos dados da Tabela 3, é que nas propriedades em que suas estruturas turísticas contam com restaurantes, o faturamento com o turismo rural é responsável até trinta por cento do faturamento total e nas propriedades que não contam com esse tipo de empreendimento, o turismo representa no máximo vinte por cento do mesmo. Desse fato, entende-se que a presença de restaurantes possibilita o maior incremento de renda no tocante ao turismo para aqueles em que a produção da cachaça vem associada a estas estruturas, pois a venda de produtos como aperitivos e refeições são potencializados pela venda da bebida.

A pesquisa ainda veio mostrar que os motivos que levaram as famílias a permanecer ou mesmo investir na produção das bebidas variam de acordo com as especificidades de cada produtor. No caso das propriedades Vista Alegre, Cana Verde e Saint'Etienne, pode-se citar que a tradição familiar foi um fator relevante, pois todas elas apresentaram em seu histórico a produção da bebida pelos antepassados. A pouca aptidão agrícola da região para consolidar uma agricultura competitiva foi uma outra razão forte citada pelos proprietários, que influíram na sua manutenção neste ramo; e outro motivo interessante é a possibilidade gerada pela atividade da cachaça de alocar a mão-de-obra familiar.

Em relação ao local de residência dos membros das famílias investigadas, verifica-se que, existem propriedades em que a maioria dos membros das famílias reside no seu interior (Jotapê e Cana Verde) e casos em que todos os membros residem fora da propriedade (Vista Alegre e Saint'Etienne). A justificativa para esta realidade é o fato de que no caso dos estabelecimentos Cana Verde e Jotapê estes estarem praticamente inseridos na zona urbana. Já no caso das propriedades Vista Alegre e Saint'Etienne, trata-se de uma opção dos proprietários em residirem na zona urbana, indo regularmente

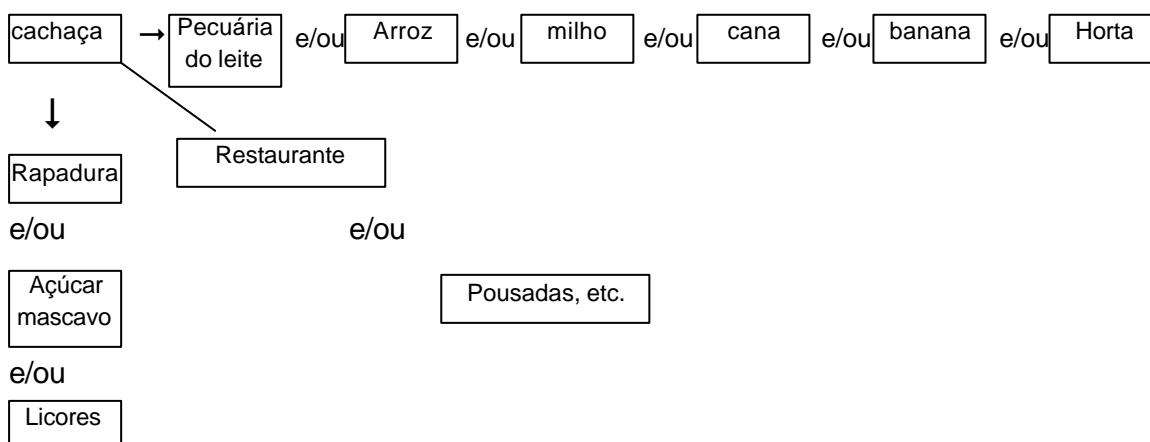
às suas propriedades para acompanharem as atividades; vale ressaltar que não é o fato de ter a residência fixa na zona rural que o caracteriza como agricultor familiar, mas segundo conceito adotado neste trabalho, é ter a fonte de renda principal originária da propriedade agrícola.

Todos os quatro estabelecimentos se caracterizaram por sistemas familiares voltados para a produção de valores de troca, ou seja, apresentaram como objetivo primeiro o mercado e não as contingências familiares. Dessa forma, apresentar-se-á abaixo no item 4.1.2 as atividades produtivas desenvolvidas nos estabelecimentos estudados, enfatizando principalmente aquelas atividades de cunho lucrativo.

#### 4.1.2 Caracterização das atividades agrícolas e não-agrícolas associadas à pluriatividade nas propriedades Saint' Etienne, Vista Alegre, Jotapê e Cana Verde.

A produção da cachaça nas quatro propriedades estudadas está combinada com a pecuária de leite, culturas de arroz, milho, banana, cana-de-açúcar e horta, atividades agrícolas que nos estabelecimentos estudados não demandam nenhum tipo de processamento para a sua comercialização. Na Figura 2, e para fins de análise estas atividades estarão apresentadas na linha horizontal. A produção da bebida vincula-se também a produtos derivados do beneficiamento da cana-de-açúcar, como rapadura, açúcar mascavo e licores, cuja apresentação se encontra nesta mesma figura na posição vertical. Já na diagonal, e interligada à produção da bebida, situa-se o Turismo Rural que com suas características podem agregar elementos agrícolas e não-agrícolas.

Figura 3: Atividades agrícolas e não-agrícolas associadas à pluriatividade nas propriedades Saint' Etienne, Vista Alegre, Jotapê e Cana Verde.



Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a pesquisa realizada e considerando as vinculações horizontais, somente as propriedades Vista Alegre e Jotapê têm a produção da cachaça associada a atividades agrícolas para fins comerciais. Entretanto, estas atividades têm uma maior relevância no tocante ao faturamento total no estabelecimento Jotapê, que apontou a comercialização das verduras e hortaliças como responsáveis por 1 a 10 salários mínimos do faturamento familiar mensal, que está na faixa de 30 a 40 s.m/mês. Segundo o produtor, esta atividade representaria em torno de 25% da renda familiar. Já na propriedade Vista Alegre, onde se produz bananas, a comercialização deste produto não é tão significativa para os proprietários, pois conforme os dados da tabela 2, o faturamento do estabelecimento é superior a 40 s.m/ mês e o faturamento da atividade agrícola fica na faixa de 1 a 10 sm/mês. Conforme um dos proprietários, a principal importância do cultivo da banana para a propriedade é o fornecimento da sua palha, importante para se proceder o empalhamento da garrafa da cachaça.

Quanto à forma de escoamento da produção de bananas, a propriedade Vista Alegre utiliza-se de intermediários para vender seu produto, pois como essa atividade não é a de maior relevância, a família procura ocupar-se menos com ela, preferindo ter uma margem de lucro menor pela presença do atravessador. Na propriedade Jotapê, a representatividade dos produtos agrícolas (horticultura) é maior na composição da renda familiar; dessa forma, o proprietário não utiliza nenhum tipo de intermediário com intuito de ampliar sua margem de lucro e as vendas são realizadas pelo próprio proprietário em mercados, restaurantes, feiras da cidade e no próprio estabelecimento.

O arrendamento de terras para terceiros constitui-se nas propriedades Saint'Etienne e Vista Alegre como uma prática comum e uma alternativa de aproveitamento de terras ociosas, que representam para estas famílias mais uma alternativa de ampliação de suas rendas. Para tal, existe uma flexibilização das formas de pagamento deste arrendamento, podendo ocorrer pelo recebimento em espécie e mais comumente através de produtos agrícolas, que são utilizados para auto-sustento. Os produtos que foram apontados na pesquisa, utilizados para este fim são: leite (as duas propriedades), arroz e milho (somente a propriedade Saint'Etienne). Essas atividades não absorvem tecnologia, se dão de maneira acanhada, utilizando poucos insumos e obtendo pequena produtividade, e geralmente são exploradas por agregados às propriedades como os zeladores, que nas folgas trabalham a terra.

A cana-de-açúcar é a atividade agrícola fundamental (mais produzida) nas quatro propriedades, por ser essa a principal matéria prima na produção da bebida. A

propriedade Cana Verde é a única que nada produz em termos agrícolas para auto-sustento, por ter toda a sua área agrícola comprometida com o plantio da cana.

Em relação à combinação vertical da produção da cachaça, ou seja, os produtos derivados do beneficiamento da cana, apenas a propriedade Jotapê não fabrica nenhum produto a partir da cana-de-açúcar. As outras três propriedades apontaram a rapadura como o principal produto comercial, devido à facilidade de fabricação e por se tratar de um sub-produto do processo de fabricação da cachaça. Além da rapadura, a propriedade Saint'Etienne também produz licores e açúcar mascavo. Deve-se ressaltar que, a produção de açúcar mascavo, licores e rapadura se constituem em atividades apenas complementares, e a sua comercialização é efetivada nos próprios alambiques, inexistindo intermediários.

A comercialização da cachaça foi apontada na pesquisa como a principal fonte de renda das quatro famílias analisadas e por isso, é importante observar as estratégias utilizadas pelos produtores na distribuição da bebida. A venda do produto é realizada pelos proprietários e vendedores contratados, e se dá no próprio alambique e nos estabelecimentos, chegando assim, aos bares, restaurantes, pousadas, mercados e hotéis. A única exceção é a propriedade Vista Alegre que além das formas adotadas pelos demais, utiliza também de uma empresa de distribuição de bebidas e de uma loja própria na cidade de Belo Horizonte. O que se verifica é que os proprietários vêm buscando novas alternativas para aumentarem suas vendas.

Além de estar associada às atividades agropecuárias, a produção da cachaça nas propriedades Vista Alegre, Jotapê, Saint'Etienne e Cana Verde também se relacionam diretamente com o turismo rural. As propriedades que possuem atrativos turísticos como eventos, pousadas, restaurantes, trilhas, cachoeiras e produtos típicos caseiros (rapadura e licores), aumentam as possibilidades de divulgação da bebida, ampliando os seus canais de comercialização e conseqüentemente agregando maior renda e emprego aos seus familiares. Abaixo, é possível observar como os respectivos produtores de cachaça se posicionam a este respeito:

*“Os atrativos (pousada e cachoeira) da minha propriedade têm muita interferência na atividade da minha família, pois ele agrega valor a nossa cachaça e também à propriedade. Proporciona emprego e renda aos meus familiares.” (Carlos Cleber – produtor da cachaça Saideira).*

*“Porque na tradição do Estado existe um elo entre a comida mineira e a cachaça, a cachaça Cana Verde serve de tempero para alguns pratos do restaurante. Portanto, quem visita o restaurante quase sempre é motivado a*

*conhecer o processo de produção da bebida, adquirindo a cachaça tanto no restaurante quanto no próprio alambique.” (Osvaldo – produtor da Cachaça Cana verde).*

*“Porque divulga a cachaça e conseqüentemente aumenta a sua venda.” (Caetano Pinto Neto, produtor da Cachaça Germana)*

*“Porque eles atraem os turistas e com isto se vende um maior quantidade de cachaça” (José dos Santos Pinto- produtor da Cachaça Jotapê).*

As propriedades investigadas localizam-se em regiões que apresentam atrativos naturais, tais como: cachoeiras, serras e matas naturais. Isso possibilita, a existência de campings, fazendas-hotéis, albergues e pousadas nos arredores dos quatro estabelecimentos. É nessa perspectiva que se constata nas famílias investigadas à consciência do potencial turístico das regiões onde estão situados os seus estabelecimentos.

Quanto aos outros atrativos turísticos localizados nas imediações das propriedades, vale destacar que, das quatro propriedades pesquisadas, somente a Jotapê se encontra em uma região de apelo turístico que apresenta atrativos históricos, como os museus e igrejas da cidade de Sabará. Segundo relata o produtor Jotapê, “o fato de existir atrativos nas imediações da propriedade, nos ajuda porque Sabará está muito próximo de Belo Horizonte e devido as suas belezas naturais e históricas recebemos muitos visitantes na propriedade em busca de um restaurante”.

No tocante a atrativos culturais, somente a propriedade Vista Alegre situa-se em uma região que apresenta tais características. O município de Nova União apresenta em seu calendário de festividades a tradicional festa da Banana, que reúne uma série de atividades de cultura popular, com danças, comidas típicas, shows de moda de viola, entre outros. Para o proprietário Henrique, essa festa tem uma importância relevante, conforme relata “os atrativos culturais das imediações são importantes porque a matéria prima do empalhamento da garrafa da Cachaça Germana é a banana e no município de Nova União se comemora a festa da Banana, e este evento ajuda a divulgar a nossa cachaça e aumentar as suas vendas”.

Um dado importante é a proximidade de todos os estabelecimentos em relação à cidade de Belo Horizonte, o que facilita o acesso dos moradores desse grande centro às propriedades. Para estes turistas, estas acabam se tornando uma alternativa de lazer barata e de fácil realização. No entanto, conforme os entrevistados, os turistas que visitam as propriedades não se restringem aos moradores da grande BH, estes vêm das

mais variadas regiões do país, sendo expressivo o número de estrangeiros. A pesquisa revelou que nas propriedades que possuem restaurantes, isto é, a Cana Verde e a Jotapê, o fluxo de turistas é maior, tendo em média, respectivamente, 700 e 650 visitantes/mês. Na propriedade Vista Alegre, o número destes está em torno de 40 pessoas/mês, não estando incluindo neste número, os turistas que participam de eventos promovidos na propriedade. O estabelecimento Saint'Etienne é o que recebe a menor quantidade de turistas, o número de visitantes mensais gira em torno de 20 pessoas, isto se deve ao fato de a propriedade ter um foco diferenciado, pois como a pousada da família é pequena (5 suítes) os proprietários optam por atenderem a pequenos grupos.

A pesquisa também diagnosticou que em todos os quatro estabelecimentos foi à produção da cachaça que despertou a exploração do turismo rural. Como estes alambiques, estão geralmente localizados próximos a atrativos históricos, naturais e culturais, a combinação destes com o trabalho artesanal da produção de cachaça produziu, nessas propriedades, uma nova visão de exploração econômica, com o incremento das receitas do estabelecimento, como também da ocupação da mão-de-obra familiar ociosa.

Na verdade, os produtores não deixam de usufruir as vantagens oferecidas pela relação da produção da cachaça com o potencial turístico da região ou da propriedade e aproveitam a oportunidade para divulgar a sua cachaça aos turistas de várias formas: promoção de eventos; degustação e brindes; parcerias com hotéis e restaurantes (fora da propriedade) e promoção de visitas aos alambiques. No tocante a realização de eventos, vale destacar as iniciativas da propriedade Vista Alegre, que promove anualmente, o Germana Rodeio Show, que segundo os proprietários vem reunindo em torno de cinco mil pessoas. Fora o Rodeio, a propriedade está sempre aberta para grupos que buscam um contato com o cotidiano rural, nesse sentido, são oferecidas ao turista uma série de atividades como cavalgadas, caminhadas por trilhas nas matas, luais animados com música sertaneja e cachaça, entre outros. Além destas estratégias, os resultados mostraram que para divulgarem a bebida as quatro famílias de produtores têm também distribuído materiais publicitários e se associado em entidades de classe como a Coocachaça e/ou a AMPAQ.



Foto 16: cartão de apresentação da propriedade cana verde

Foto 17: verso do cartão de apresentação da propriedade cana verde

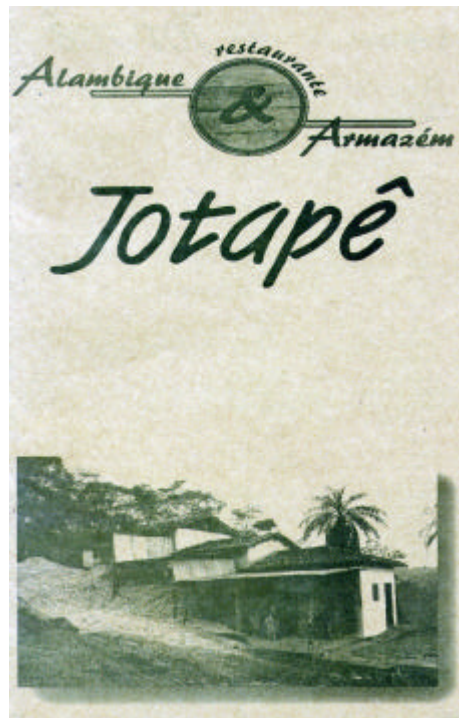


Foto 18: folder da cachaça Jotapê.

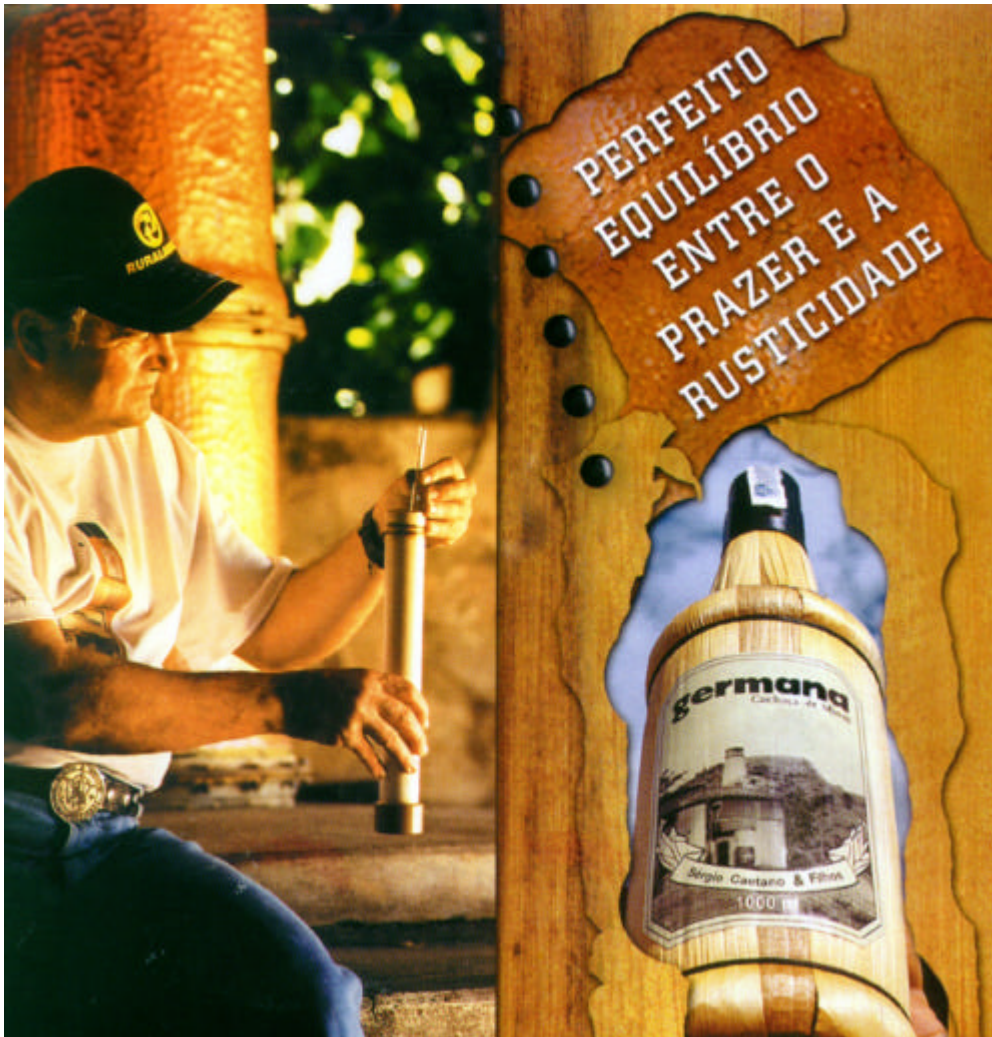


Foto 19: folder da cachaça Germana.

Quanto à promoção de visitas aos alambiques, os quatro estabelecimentos reconhecem a Cooachaça e/ou a AMPAQ como idealizadoras do Circuito da Cachaça. Os resultados da pesquisa apontaram que este tipo de circuito, no qual as propriedades encontram-se inseridas, é considerada mais uma forma das famílias promoverem suas cachaças. Porém, na opinião destes produtores, para que este Circuito turístico tenha uma maior repercussão entre as diversas classes de turistas, principalmente os apreciadores da bebida, é ainda necessário uma melhor interlocução entre as entidades provedoras do Circuito, as agências de turismo, o governo e os próprios produtores mineiros de cachaça, além de investimentos por parte do governo Estadual e a iniciativa privada, na melhoria das estradas e das infra-estruturas de apoio aos turistas. Quanto às agências de turismo, estas reclamam da pequena demanda de turistas que se interessam por um pacote que cubra todo o circuito, sendo assim exigido o fechamento de grupos de no mínimo dez pessoas para se efetivar um passeio pelas propriedades. Desta forma,

conforme relato dos proprietários, as visitas aos estabelecimentos ocorrem, principalmente, por turistas que vem com carro próprio e tomaram conhecimento do Circuito por meio de Internet, revistas especializadas e divulgações realizadas pela AMPAQ e a Coocachaça.

Ainda em relação à Coocachaça e a AMPAQ, a pesquisa mostrou que, para os produtores, estas entidades prestam serviços relevantes, como por exemplo, cursos, palestras, eventos, vendas, como também a certificação da bebida e o fornecimento de selos de qualidade. Considerando a última questão, os quatro produtores acreditam que a implementação dos selos nos rótulos das bebidas é essencial para a inserção dos seus produtos no mercado.

Observou-se ainda, que em todas as propriedades existem membros que não estão diretamente envolvidos com a produção da cachaça e as atividades envolvendo o turismo rural. Isso se deve ao fato da associação do turismo e a produção de cachaça serem recentes, e as ocupações originárias dessa relação não serem atrativas tanto do ponto de vista econômico quanto no aspecto de realização profissional para alguns membros da família.

Dessa forma, aqui é válido tecer algumas considerações a respeito das novas ocupações originadas do turismo rural nas propriedades produtoras de cachaça: a primeira, é que o número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas aumentou, pois o desenvolvimento do turismo nestas propriedades alavancou a venda da cachaça e conseqüentemente aumentou-se o número de trabalhadores no plantio e colheita da cana. A criação de restaurantes, pousadas e outras atividades relacionadas ao turismo, é que de fato criou novas ocupações, e que elevou, conforme observado na pesquisa, a participação familiar no trabalho da propriedade. Em outros tempos, os patriarcas das famílias investigadas procuravam instigar alternativas de trabalho externas aos estabelecimentos, dando aos seus filhos condições de estudo para que estes não tivessem de se ocupar com trabalhos braçais nas propriedades, e posteriormente terem condições de buscar um espaço no mercado de trabalho urbano. Atualmente, essa lógica não se aplica, pois com as dificuldades de se conseguir emprego nas cidades, volta-se a buscar alternativas no campo, e o turismo rural surge de encontro a essa demanda sócio-econômica, onde os familiares podem tirar proveito da propriedade como empresários do ramo de turismo.

Outra consideração pertinente, diz respeito às atribuições das novas ocupações geradas pelo turismo, embora estas não demandem qualificações elevadas, as exigências

são maiores quando comparadas às ocupações existentes anteriormente na atividade agrícola. Um exemplo prático, seria o trabalhador que outrora capinava a lavoura e que com o incremento do turismo passa a ser guia, função que determina maior conhecimento do indivíduo, por estar em contato direto com o público, que lhe decreta um maior número de informações. Nesse sentido, observa-se que as ocupações que exigem um maior grau de qualificação como gerente de produção, promotor de eventos, gerente comercial, etc..., são ocupadas pelo núcleo central das famílias: pai, mãe, filhos e genro, que vêm ocupando esses cargos mais “nobres”. Porém, a oferta destes cargos é pequena, isto é, em estabelecimentos de pequeno porte, como os analisados, cargos administrativos são de demanda restrita, e em se tratando de famílias numerosas acaba não se conseguindo colocar todos nestas funções, restando ocupações de menor remuneração e com maiores exigências no tocante à utilização da força física. No entanto, alguns membros das familiares, que já estavam trabalhando em atividades externas às propriedades e outros que, pelas razões expostas acima, acabam preferindo permanecer e/ou buscar seus espaços no mercado de trabalho das cidades.

Portanto, pode-se concluir que, o turismo rural nas propriedades estudadas é gerador de novas ocupações e renda. Em tempos onde as retrações do emprego e da renda são muito perceptíveis pela intensidade com que fenômenos como a violência, fome, miséria têm se manifestado na nossa sociedade, é válido ressaltar que existem alternativas e o turismo rural é uma delas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de apresentar uma síntese dos principais resultados alcançados através desta dissertação, vale tecer algumas considerações acerca do lugar que este trabalho ocupa no processo de reflexão e construção do conhecimento científico. Obviamente, a finalização desta dissertação não implica na resolução de todas as inquietações, dúvidas e incertezas sobre o objeto estudado. Contudo, deve ser mencionado que a execução deste trabalho constitui-se em verdadeiro aprendizado, que se iniciou com a definição dos temas (turismo rural e pluriatividades), ainda pouco estudados no Brasil, cujas múltiplas facetas e possibilidades de enfoque implicaram em diversos exercícios de delimitação e recorte analítico, o que foi sendo alcançado gradualmente e, como seria esperado, com muitas dificuldades de interpretação e diversos dilemas teóricos.

Nesse processo de amadurecimento, a preocupação com o enfoque teórico a ser utilizado sempre ocupou papel de destaque, sendo responsável por muitas incursões em diferentes abordagens analíticas e conceituais, que permitissem análises sólidas e fundamentadas do turismo rural e da pluriatividade e suas relações com a agricultura familiar. No entanto, algumas das possibilidades de resolução deste problema passaram a ser vislumbradas a partir do momento que ficou esclarecido, mediante pesquisa bibliográfica, que o turismo rural e a pluriatividade não se constituíam em fenômenos restritos aos grandes ou pequenos proprietários. Pelo contrário, alguns estudiosos

perceberam através de suas pesquisas, que a pluriatividade e o turismo rural constituíam-se em fenômenos que poderiam afetar os mais diversos tipos de unidades produtivas, fossem elas modernizadas ou não, grandes ou pequenas.

Esta foi uma pista importante para a realização desse trabalho, pois conduziu a idéia de que era necessário concentrar o foco de análise do estudo não mais na pluriatividade e no turismo rural, mas estudá-la a partir de suas relações com situações sociais de agricultura familiar. Nesse sentido, o objeto de análise sociológica deslocou-se para o estudo das formas familiares, com particular atenção ao seu funcionamento em ambientes onde se verificam a emergência do turismo rural e da pluriatividade entre as famílias rurais.

Desse modo, foi possível retomar trabalhos anteriores (Chayanov, Kautsky e Lamarche), nos quais a idéia de que os agricultores familiares podem estabelecer variadas estratégias para garantir sua reprodução sócio-econômica, que não passam necessariamente, pela modernização produtiva de seus sistemas agrícolas, como é o caso dos agricultores familiares inseridos no Circuito da Cachaça na região metropolitana de Belo Horizonte, onde se observou um processo de articulação desta forma social de organização com a agroindústria da cachaça e o turismo rural.

Após delimitação empírica e partindo-se da hipótese que o turismo rural é uma atividade familiar capaz de gerar renda e emprego, passou-se a buscar maneiras de operacionalizar e tornar factível a realização de um trabalho nos marcos sociológicos. Nesse sentido, passou-se a estudar e avaliar o itinerário que o debate acadêmico brasileiro sobre a agricultura familiar trilhou nas últimas décadas. A primeira verificação foi que as pesquisas sobre o tema são relativamente embrionárias, o que poderia estar relacionada à própria trajetória dos estudos agrários brasileiros, nas últimas décadas, especialmente no que se refere ao arcabouço analítico preferencial utilizado pelos pesquisadores. No entanto, o primeiro capítulo desta dissertação veio mostrar que, até os anos iniciais da década de noventa, não só o debate acadêmico sobre a agricultura familiar estava ausente no Brasil, como o próprio reconhecimento social desta categoria por parte das instituições, dos agentes sociais e das organizações políticas. E, ainda, até os dias atuais é perceptível entre os autores e instituições brasileiras uma certa ambivalência conceitual quanto ao uso do termo - agricultura familiar. Nesse sentido, a análise apresentada neste capítulo voltou-se para a apreciação do arcabouço analítico interpretados por autores como Abramovay e Lamarche e por instituições como a FAO/INCRA e o PRONAF.

Do ponto de vista da instrumentação teórica para estudar a pluriatividade e suas relações com as formas familiares, o capítulo 2, em seu conjunto, reflete esta tentativa, pois nele são resgatadas as contribuições de um conjunto de autores, que vêm reconstituindo a interpretação sobre o desenvolvimento agrário nas sociedades contemporâneas e, em especial, o lugar social da agricultura familiar e as suas formas de ocupação. No geral, são autores que concordam que a pluriatividade pode se constituir, ao mesmo tempo, em uma estratégia de reprodução familiar ou funcionar como um mecanismo de inserção dos indivíduos na divisão social do trabalho.

Foi seguindo esse raciocínio que se construiu o capítulo 3, onde se pretendeu demonstrar, através de várias fontes de informações, que o turismo, quando associado às atividades produtivas cotidianas das propriedades rurais, pode ser visto como uma estratégia de complementação da renda e da ocupação rural, permitindo uma certa estabilidade socioeconômica das famílias donas das terras e dos meios de produção.

Assim, em uma apreciação geral pode-se dizer que a revisão bibliográfica apresentada, não respondeu apenas às necessidades específicas da presente tese, ou seja, os capítulos 2 e 3 não foram construídos apenas com a intenção de servir como arcabouço analítico para compreender e explicar o desenvolvimento do turismo rural entre as famílias de agricultores familiares pluriativos, analisadas no capítulo 4. Na verdade, devido às escassas análises e discussões sobre a pluriatividade e o turismo rural produzidas até o presente no Brasil, pretendeu-se com este esforço contribuir, de modo específico, com o redirecionamento do debate acadêmico brasileiro para com temas ainda pouco estudados nas ciências sociais.

Quanto aos resultados expostos no capítulo 4, a partir da investigação de um caso de menor abrangência social que são as famílias produtoras de cachaça, inseridas nos estabelecimentos Saint'Etienne, Cana Verde, Jotapê e Vista Alegre, a pesquisa revelou a diversidade sócio-econômica e cultural das famílias e das propriedades investigadas, o que decorre sem dúvida, da excepcional capacidade de adaptação do objeto de análise sociológica. As suas características também não se identificaram plenamente com os conceitos, mais especificamente os modelos de agricultura familiar literalmente demonstrados nas pesquisas brasileiras. Estas divergem em relação à variável renda, tamanho de propriedade, número de funcionários permanentes, atividades rentáveis desenvolvidas nas propriedades e etc. Na verdade, pode-se destacar o conceito e os modelos de agricultura familiar estudados, FAO/INCRA (1993), LAMARCHE (1992,1993) e PRONAF, como estáticos e distantes da atual situação

brasileira, pois viu-se que a partir da década de noventa, emerge uma nova categoria social, que se trata de um agricultor familiar “adaptado” a um novo contexto socioeconômico e cultural, marcado pela globalização da economia, pela descentralização industrial, pelo crescimento dos movimentos ambientalistas, pelo processo de urbanização do campo e também pelo desenvolvimento do lazer, do turismo rural e de outras atividades não-agrícolas. No entanto, não se percebeu na literatura analisada, a identificação (mais especificamente no caso do PRONAF) deste novo tipo de agricultor familiar, indo ao encontro das recentes tendências de desenvolvimento rural associada às novas formas de relação de trabalho – pluriatividade.

Na realidade, a viabilidade de incluir os agricultores familiares entre os beneficiários de uma política pública brasileira torna-se uma questão extremamente atual, pois aqueles agricultores considerados aptos a serem inclusos no PRONAF, como se viu, são aqueles que conseguem através da atividade agrícola obter quase a totalidade da renda familiar. O programa exige que no mínimo 80% da renda deva ser originada da exploração agropecuária e/ou extrativa. Isso restringe e exclui os agricultores familiares que exercem a pluriatividade como forma de complementação da renda agrícola por motivos diversos, dentre eles: pouca aptidão agrícola da região para consolidar uma agricultura competitiva (caso das quatro propriedades); mão-de-obra familiar ociosa nos estabelecimentos agrícolas (caso das quatro propriedades); disponibilização de emprego no mercado de trabalho local (caso das quatro propriedades) e a concretização de novas (caso das quatro propriedades que vêm desenvolvendo o turismo rural) e outras velhas estratégias familiares (caso das propriedades Saint’Etienne e Cana Verde que fabricam produtos caseiros, como rapadura e etc e caso das quatro propriedades que produzem a cachaça) possibilitadas por diversos motivos, dentre eles, a vontade que algumas pessoas, principalmente moradoras das grandes cidades têm de conhecer e conviver com a vida “calma” e “tranqüila” do campo, seus hábitos, tradições e costumes.

Dentre outros resultados também revelados pela pesquisa empírica e que merecem aqui ser destacados, diz respeito à importância sócio-econômica das atividades rurais não-agrícolas em relação às agrícolas processadas nos estabelecimentos investigados. Nas quatro propriedades estudadas, por exemplo, é a produção da cachaça que vem liderando como principal fonte de renda, seguida pelo turismo. Conforme observado, as visitas realizadas nos quatro estabelecimentos, seja pela comida e compra de produtos caseiros (incluindo a cachaça), pelos atrativos naturais, como também comerciais (pousadas e rodeios) têm gerado às famílias investigadas novas ocupações,

além de complementarem os seus faturamentos anuais, o que aqui se leva a retomar e refletir sobre as conclusões de Chayanov (1974): o espaço rural não deve ser mais associado apenas à produção agrícola e ao uso da terra para cultivo de produtos alimentares e matérias – primas, pois em situações de mercado onde o desenvolvimento das atividades rurais não-agrícolas é mais compensador em termos rentáveis para as unidades familiares, estas tendem a orientar parte considerável de sua mão-de-obra para o seu desenvolvimento.

Algo interessante também revelado no capítulo 4, é que o desenvolvimento do Circuito da Cachaça nos qual os estabelecimentos estudados estão inseridos, é mais uma forma das famílias produtoras da bebida, somados os seus próprios esforços, de acelerar a divulgação das suas marcas (da bebida) no mercado, pois apesar deste roteiro turístico ser idealizado pela Coocachaça e a AMPAQ acredita-se que esta estratégia institucional, e não propriamente familiar, seja também importante para que os agricultores investigados e não assistidos de políticas públicas, conforme já mencionado, consigam alavancar as suas vendas no mercado. Na realidade, o fato de eles estarem radicados em associações os beneficiam pelos serviços que estas prestam, fazendo-os mais fortes econômica e politicamente.

A análise realizada no capítulo 4, evidenciou que a pluriatividade possibilita a ampliação das alternativas de reprodução das unidades domésticas produtoras de cachaça, isto é, a sua perpetuação no decorrer dos anos. As famílias estudadas foram unânimes em apontar que este fenômeno constituiu-se em uma forma viável e eficaz de geração de renda, e no caso específico do turismo rural, de emprego. O turismo é uma atividade que se bem planejada agrega valor aos produtos agrícolas e aos bens não materiais existentes nas propriedades rurais.

Quanto às sugestões para futuras pesquisas, como também para organizações governamentais, não governamentais e a iniciativa privada que atuam direta ou indiretamente com o turismo rural, no qual, neste trabalho são representados pelos produtores de cachaça, destaca-se:

- o mapeamento de outras regiões do Estado de Minas Gerais para fins de investigação, pois considerando o universo de alambiques do Estado (8466 alambiques - fonte: IBGE/1995) e os resultados da pesquisa, podemos supor um grande número de estabelecimentos localizados em regiões que oferecem atrativos turísticos potencialmente exploráveis, e que em decorrência deste fato podem gerar aumento de renda e emprego para as

populações locais, principalmente para os proprietários dos estabelecimentos;

- que sejam estabelecidos critérios para a identificação das diferentes formas de atividades turísticas nos espaços rurais;
- que sejam desenvolvidos estudos para a construção de uma legislação que contemple as especificidades da atividade e sejam envolvidos nestes estudos representantes de diferentes grupos e atores sociais envolvidos
- reformulação das políticas públicas brasileiras, mais especificamente o Manual de Crédito Rural (1997), de tal forma que os seus idealizadores reconheçam, dentro outros, o crescimento das atividades turísticas;
- organização de uma política de incentivos, visando à criação de linhas de créditos específicas;
- estímulo à capacitação de profissionais por meio de entidades públicas e privadas e fomento a pesquisas, no âmbito municipal, estadual e federal e
- o estabelecimento de uma política de valorização do turismo rural, no tocante a o desenvolvimento da adequada infra-estrutura (estradas, centrais de informação ao turista, etc) de forma tal que a atividade possa prosperar.

Na verdade, a análise da pluriatividade, do turismo rural e da agricultura familiar aqui empreendida não pretende ser conclusiva, no sentido de encerrar uma agenda de pesquisas. Ao contrário, acredita-se que a proposta aqui desenvolvida deverá colaborar para abrir outras portas e lançar novos desafios interpretativos. A pluriatividade e o turismo rural, conforme se apontou, é apenas uma das trilhas a serem seguidas pelos estudiosos da agricultura familiar, sobre a qual ainda há ilimitadas dimensões a serem exploradas.

# **ANEXO**

**PLURIATIVIDADE NO CIRCUITO DA CACHAÇA: AGROINDÚSTRIA E  
TURISMO RURAL ENTRE OS AGRICULTORES FAMILIARES NA REGIÃO  
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE/MG.**

**Questionário para as famílias de agricultores familiares produtores de cachaça.**

**Identificação do Estabelecimento e do Entrevistado**

Nome da Fazenda/Estabelecimento: \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_\_

Endereço do estabelecimento: \_\_\_\_\_

Nome da cachaça: \_\_\_\_\_

Nome do produtor: \_\_\_\_\_

Endereço para correspondência: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

1) Sexo: \_\_\_\_\_

2) Qual é o seu estado civil ? \_\_\_\_\_

3) Qual a sua relação com a unidade familiar ?

( ) cônjuge

( ) filho/filha

( ) genro/ nora

( ) chefe da família

( ) outros \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

4) Qual a sua idade? \_\_\_\_\_

5) Escolaridade: \_\_\_\_\_

**Bloco 1- Caracterização das Propriedades e das Famílias de Produtores de  
Cachaça.**

6) A família é proprietária da terra?

( ) sim            ( ) não

6.1. Se não: Qual é a forma de acesso á terra ? \_\_\_\_\_

6.1.1. Qual é a área total sob controle da família (em Hectares)? \_\_\_\_\_

6.2. Se sim: Qual a área total de posse da família (em hectares)? \_\_\_\_\_

6.2.1. Como a família obteve suas terras?

( ) através de herança

( ) compra de parentes

( ) compra de terceiros

- através de doação
- as terras são de posse provisória
- por atribuição (colonização)
- outros

6.2.2. A família arrenda, para terceiros, alguma parte de suas terras?

- sim             não

6.2.3. A família arrenda, de terceiros, terras que não são da propriedade?

- não             sim

6.2.3.1. Se sim, indique: Porque ? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

6.2.3.2. Quantos hectares ? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

6.2.3.3. Quanto paga pelo arrendamento? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

7) Quais são os insumos que a família utiliza no processo produtivo da propriedade? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

8) Quantos membros possuem a família? \_\_\_\_\_

9) Quantos têm idade para trabalhar? \_\_\_\_\_

10) Quantos trabalham na propriedade? \_\_\_\_\_

11) Quais os membros da família que trabalham na propriedade? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

12) Onde reside a sua família?

- todos residem fora da propriedade.
- a maioria reside fora da propriedade.
- todos residem dentro da propriedade.
- a maioria reside dentro da propriedade.

13) No último ano, a família empregou mão-de-obra na propriedade além dos membros da família?

- não             sim

13.1. Se sim: Quantos temporários?----- Por quanto tempo? \_\_\_\_\_

13.1.1. Quantos permanentes? \_\_\_\_\_

13.1.2. Para qual tipo de serviço (temporários)? - \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

13.1.3. Para qual tipo de serviço (permanentes)? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

13.1.4. Quantos trabalham diretamente com a produção de cachaça? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

14) Quais foram os motivos que levaram a família a investir na produção da cachaça?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

15) Quantos membros da família estão envolvidos em trabalhos que envolvem a atividade da cachaça? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

16) Onde a cana utilizada na produção da bebida é produzida?

( ) na própria propriedade

( ) fora da propriedade

( ) produzida fora e dentro da propriedade

16.1. Caso seja produzida na propriedade, indique quantos hectares são utilizados? \_\_\_\_\_

16.1.1. Qual é a produtividade média por hectare? \_\_\_\_\_

17) Além da produção da cachaça, quais as atividades agropecuárias desenvolvidas na propriedade? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

18) Além da cachaça, o que é produzido na propriedade para fins comerciais? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

19) Qual é o faturamento médio da família por mês?

( ) menos de um salário mínimo por mês

( ) entre um e dez salários mínimos por mês

( ) entre dez e vinte salários mínimos por mês

( ) mais de quarenta salários mínimos por mês

( ) entre vinte e trinta salários mínimos por mês

( ) entre trinta e quarenta salários mínimos por mês

20) Qual o faturamento médio da família mensal advindo da produção agropecuária?

- não tem
- não sei

- menos de um salário mínimo por mês
- entre um e dez salários mínimos por mês
- entre dez e vinte salários mínimos por mês
- mais de quarenta salários mínimos por mês
- entre vinte e trinta salários mínimos por mês
- entre trinta e quarenta salários mínimos por mês

21) Qual o faturamento médio da família mensal advindo da produção de cachaça?

- não sei
- menos de um salário mínimo por mês
- entre um e dez salários mínimos por mês
- entre dez e vinte salários mínimos por mês
- mais de quarenta salários mínimos por mês
- entre vinte e trinta salários mínimos por mês
- entre trinta e quarenta salários mínimos por mês

22) Qual o custo médio mensal da produção da cachaça?

- não sei
- menos de um salário mínimo por mês
- entre um e dez salários mínimos por mês
- entre dez e vinte salários mínimos por mês
- mais de quarenta salários mínimos por mês
- entre vinte e trinta salários mínimos por mês
- entre trinta e quarenta salários mínimos por mês

23) Qual o custo médio mensal da produção agropecuária?

- não tem
- não sei
- menos de um salário mínimo por mês
- entre um e dez salários mínimos por mês
- entre dez e vinte salários mínimos por mês
- mais de quarenta salários mínimos por mês
- entre vinte e trinta salários mínimos por mês
- entre trinta e quarenta salários mínimos por mês

24) No último ano, a renda da família teve como fonte principal (faturamento anual maior do que 50 % ):

- o turismo
- a produção da cachaça
- a produção agropecuária
- trabalhos regulares fora da propriedade
- trabalhos temporários fora da propriedade
- outros \_\_\_\_\_

## Bloco 2 – Caracterização do Turismo

25) Existe algum atrativo turístico nas imediações da propriedade e/ ou região?

( ) não                      ( ) sim

25.1. Se sim: Quais ? ( \* ) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

25.1.1. O (s) atrativo(s) tem interferência em alguma atividade que a família realiza?

( ) sim                      ( ) não

25.1.2. Por que? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

26) Além da produção de cachaça, existe algum atrativo turístico na propriedade?

( ) não                      ( ) sim

26.1. Se sim: Indique quais: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

26.1.1. O (s) atrativo (s) tem interferência em alguma atividade que a família realiza?

( ) não                      ( ) sim

26.1.2. Por que? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

27) A família tem feito investimento no turismo?

( ) não                      ( ) sim

27.1. Se sim, indique: Quais os tipos de investimento? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

27.1.1. E quais foram os motivos ? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

27.2. Se não, por que? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

---

\* Questões que permitem mais de uma resposta

28) A propriedade recebe turistas?

sim             não

28.1.Caso sim, quantos turistas a propriedade recebe por mês? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

28.1.1.Qual origem? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

29) No caso da sua família, o que começou primeiro, a produção de cachaça ou os investimentos acerca do turismo?

- não sei  
 a produção de cachaça  
 as atividades de turismo

30) Caso a propriedade tenha atrativos turísticos (que não seja a produção da cachaça), estes geram ocupações complementares para a família?

sim             não

30.1.Se sim, indique para quem? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

31) Caso os atrativos da propriedade vêm gerando ocupações complementares para a família, quais as funções exercidas por estes? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

32) Caso os atrativos da propriedade (exceto a cachaça) vêm gerando demanda excedente por mão de obra (externa à família), quais as funções geradas por estes \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_.

33) No caso da sua família, até que ponto o turismo vem complementado a renda familiar? (responder a questão somente se o turismo não for à fonte de renda principal da família)

- incrementando entre 2% a 10 % o faturamento anual  
 incrementando entre 11% a 20 % o faturamento anual  
 incrementando entre 21 % a 30 % o faturamento anual  
 incrementando entre 31% a 49 % o faturamento anual

### **Bloco 3 – Caracterização das Estratégias familiares**

34) A família possui membros que trabalham fora da propriedade?

sim             não

34.1.Se sim, indique em que ramo de atividades: ( \*)

em indústrias             serviços auxiliares

---

\* Questões que aceitam mais de uma resposta

- transformação artesanal     construção civil  
 serviços pessoais             trabalhos temporários agrícolas  
 comércio                         transportes  
 serviços públicos             outros \_\_\_\_\_

35) Caso a renda principal da família não advinha de trabalhos realizados fora da propriedade, a busca por estes (trabalhos externos á propriedade) podem ser considerados uma forma da família complementar a renda e alocar o trabalho familiar?  
 sim                     não

36) Por estar envolvida na produção da cachaça, a família participa ou é filiada a entidades de classes e cooperativas ?  
 sim                     não

36.1. Se sim, indique quais \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

37) A família utiliza os produtos/ serviços prestados e desenvolvidos pelas Entidades de classe e cooperativas no qual participa e/ou é filiado?  
 sim                     não

37.1. Se sim, indique quais \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

37.1.2 Se sim, a família acredita que estes produtos/ serviços as ajudam na inserção da bebida no mercado?  
 sim                     não

**37.1.2.1 Se sim, porque?** \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

38) O Roteiro da Cachaça, no qual a propriedade da sua família encontra-se inserida, pode ser considerada mais uma forma da família promover a cachaça da propriedade?  
 sim                     não

38.1 Se sim, por que ? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

39) No caso específico da cachaça, como é realizada a sua comercialização?

---

---

---

---

40) Como são comercializados os produtos que são produzidos na propriedade? (exceto a cachaça)

---

---

41) A família comercializa produtos advindos de fora da propriedade?

sim             não

41.1. Se sim, quais?

---

---

41.1.1. Como estes são comercializados?

---

---

---

---

42) Quais as estratégias utilizadas pela família para divulgar o produto - cachaça?

---

---

---

---

43) O Sr(a) acredita que o turismo é uma boa alternativa para a geração de renda para a agricultura familiar?

sim             não

43.1. Por que?

---

---

## 6. Bibliografia

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Anpocs; Unicamp; Hucitec, 1992.
- ABRAMOVAY, R. Uma nova extensão para a agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. Brasília, DF. **Anais....**, 1997. Texto para Discussão, 29 páginas.
- ALENTEJANO, P. R. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado. UFRJ, 1997.
- ARAÚJO, J. G. F. Turismo Rural. **Economia Rural**. Ano 9, n. 3. Viçosa: UFV, 1998.
- BRASIL, H. S., OLIVEIRA, C. G. S. **Avaliação econômica do empreendimento de turismo rural**. In: Turismo: novo caminho no espaço rural brasileiro. Piracicaba: FEALQ, 2000. 276p.
- CHAYANOV, A.V. **La organización de la unidad economica campesina**. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.
- CARNEIRO, M.J. **Pluriatividade: uma resposta à crise da exploração familiar?** Trabalho apresentado na XVII Reunião da APIPSA. Porto Alegre, 1994.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisas em Ciências humanas e sociais**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

- DENARDI, R. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.3, jul/set.2001
- FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Versão Resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, 1994.24p.
- FERNANDES, J.F., et al. **A indústria rural e a crise da agricultura Mineira: o caso das regiões Norte de Minas e Jequitinhonha**. [on line]. Disponível na Internet via <http://www.eco.unicamp.br>. Projeto Rurbano textos para download. Capturado 20/03/99.
- FELIPE, C. Nos Caminhos de Minas- Turismo. In: **Cachaça – Entre engenho e alambique**. Rio de Janeiro- RJ, set/ 2000, p.36-37.
- FULLER, A. M. Part Time Farming and The Farm Family: a note for future research. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v.23, n.1, 1990
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Perfil de Minas Gerais**, 4 ed., 2000.
- GARCIA, J. **O Sul: caminho do roçado**. São Paulo/ Brasília: Marco Zero/ Universidade de Brasília/ CNPq, 1990.
- GRAVATÁ, C. E. **Manual da Cachaça Artesanal**. 4 ed. Belo Horizonte: UMA Editora, 1999.
- GIL, A..C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, 4 ed., Atlas, 1994.
- GNACARINI, J.C., MOURA, M.M. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. **BIB**, Rio de Janeiro, n. 15, 1983
- GUANZIROLI, C. E. **Agricultura Familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- GOUTHIER, J. **Circuito da cachaça - alambiques, arte e cultura em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Vanguarda Rio Gráfica S.A. 2001, 74 p.
- GUSMÃO, D. M., **As possibilidades do fortalecimento da agricultura familiar: o PRONAF em Governador Valadares (MG)**, Viçosa: UFV, 2001.
- HOFFMANN, R. A subdeclaração dos rendimentos. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.2,n.1, 1988.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília: Ministério da Indústria, do Comércio e do turismo, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - EMBRATUR. **Diretrizes para uma política Nacional de Ecoturismo**. Brasília: Ministério da Indústria, do Comércio e do turismo, 1994.

- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Portugal, Proposta, 1980.
- LAMARCHE, H. **A agricultura familiar I: uma realidade multiforme**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1992.
- LAMARCHE, H. **A agricultura familiar II: do mito à realidade**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1993.
- LAMARCHE, H. Crises at Permanence de l'Exploitation Familiale em France. **Sociologie du travail**, Paris, n.4, 1987.
- LAMARCHE, H. La Pluriactivité Agricole: une solution pour les agriculteurs marginalisés? In: Association des ruralistes français. **La Pluriativité dans les Families Agricoles**. Paris, 1984.
- LEITE, S. A pequena produção e o quadro recente da agricultura familiar. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v.13, 1990.
- MATTOS, M. A., et al. **Turismo rural em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Monografia de término de curso. PUC, 1997.
- MARSDEN, T. Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**, London, v.11, n.3, p.285-296,1995.
- MARSDEN, T. Reestructuting Rurality: from order to disorder in agrarian political economy. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, v.29, n.3/4, 1994
- MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- MEDEIROS, L. S. Trabalhadores rurais, agricultura familiar e organização sindical. In: **O agricultor Familiar e o PRONAF**, Campinas, 1996.
- OMT- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Guia para treinamento dos agentes multiplicadores nacionais, estaduais e monitores municipais. Brasília, OMT e Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1995.
- OLIVEIRA, C. G. S., MOURA, J. C. **Turismo: novo caminho no espaço rural brasileiro**. Piracicaba: FEALQ, 2000. 276p.
- Oliveira, P.C. Alambique Tour. **Revista Encontro**. Ano 1, n. 12. Belo Horizonte: Bandeirantes Indústria Gráfica, 2003.
- Oliveira, P.C. Estrada Real. **Revista Encontro**. Ano 2, n. 20. Belo Horizonte: Bandeirantes Indústria Gráfica, 2004.
- ORTEGA, A.C. **Minas são muitas. Todas ampliando suas atividades rurais não agrícolas**, 1999 [on line]. Disponível na Internet via <http://www.eco.unicamp.br>. Projeto Rurbano.textos para download. capturado 22/10/01.

- PERONDI, M. A. **As estratégias de reprodução de sítiantes no oeste de Minas e de Colonos no Sudoeste do Paraná.** Lavras: UFLA, 1999.
- PUGLIESE, E. Agriculture and the new division of the labor. In: FRIEDLAND, W. et al. **Towards a New Political Economy of Agriculture.** Boulder, Westview Press, 1991.
- ROQUE, A., VIVIAN, A. **O turismo no espaço rural: uma estratégia para a nova gestão rural brasileira.** 1999. Revista de Administração da UFLA, v.1 n.1,1999.
- ROQUE, A. D. **Turismo no espaço rural: um estudo multicaso nas regiões Sul e Sudeste de Minas Gerais.** Lavras:UFLA, 2001.
- RODRIGUES, I.S., FROEHLICH, J. M. **O turismo rural e as transformações no espaço agrário.** [on line]. Disponível na Internet via <http://www.inter.com.org>. textos para download. Capturado 20/11/02.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Diagnóstico da cachaça de Minas Gerais.** Belo Horizonte: SEBRAE, Jul. 2001, 259p.
- SILVA, O. H. Agricultura Familiar: diversidade e adaptabilidade. **Revista sociológica e política.** n. 12:161-167 jun.1999.
- SILVA,G. J. et al. **O novo rural brasileiro.** Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.
- SILVA,G. J. Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil: testando as aberturas geográficas das novas PNADs. [on line]. In: XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, **Anais...** Natal, Sober, 1997, p.114-146. Trabalho apresentado em evento.
- SILVA, J.G., GROSSI, M. E. Palestra - **O novo rural brasileiro** [on line]. Disponível na Internet via <http://www.eco.unicamp.br>. Projeto Rurbano textos para download. Capturado 20/03/02.
- SILVA, J.G., VILARINHO, C., DALE, P.J. **Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil.** [on line]. Disponível na Internet via <http://www.eco.unicamp.br>. Projeto Rurbano textos para download. Capturado 10/08/99.
- SILVA, J.A., BRESSAN, M. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: **produção Familiar, pós modernidade e capitalismo: possibilidades da agricultura independente.** Porto Alegre, v.1, n.1, jan/mar.2000
- SCHNEIDER, S. **As atividades não agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes.** [on line]. Disponível na internet via <http://www.eco.unicamp.br>. Projeto Rurbano textos para download. capturado 10/08/02.

- SCHNEIDER, S. Agricultura Familiar e pluriatividade. In: **XVIII Encontro Nacional do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura – PIPSA**, Campina Grande, nov., 1996.
- SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V. Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. In: **XIV ENCONTRO ANUAL DAD ANPOCS**, Caxambu, 1990.
- TEDESCO, J.C., et al. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.
- TEIXEIRA, V.L. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado, UFRRJ, 1998.
- TULIK, O. Do conceito às estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: **Turismo e desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- VALENTE, F. L. S. **Segurança alimentar e nutricional: transformando natureza em gente**. In: Primeira conferência Estadual de segurança alimentar nutricional sustentável de Minas Gerais, 2001.
- VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Husitec, 1991.
- VEIGA, J. E. Delimitando a agricultura familiar. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v.25, p. 128-142, maio/dez. 1995.
- [www.descubraminas@com.br](http://www.descubraminas@com.br). Acessado em: 15.07. 2002.
- WIKISON, J. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: **Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural**. Porto Alegre, v.1, n.3, jul/set.2000.
- ZIMMERMANN, A. **Turismo Rural: um modelo brasileiro**. Florianópolis: Editora do Autor, 1996, 67p.
- ZIMMERMANN, A. **Turismo no Espaço Rural e Natural**. [on line]. 1995. Disponível: <http://www.zimmermann.com.br/espaco.htm>. [capturado em 09 set de 1995].